



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### MUDANÇA DE TERMINAL DE PASSAGEIROS DO PORTO PODE IMPULSIONAR REGIÃO CENTRAL DE SANTOS

Arquiteta Ariadne Daher, do escritório Jaime Lerner, fala sobre o plano para revitalização da área central da cidade

Bruno Gutierrez De A Tribuna On-line 22.10.19 11h10 - Atualizado em 22.10.19 11h55



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.72502:1571754424/Seminario-da-Industria-e-Constuc-o-Civil.jpeg?f=2x1&\\$p\\$f=8c876a0&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.72502:1571754424/Seminario-da-Industria-e-Constuc-o-Civil.jpeg?f=2x1&$p$f=8c876a0&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Arquiteta Ariadne Daher fala sobre o plano para revitalização da área central da cidade (Vanessa Rodrigues/AT)

A mudança do terminal de passageiros Giusfredo Santini (Concais) para a área central de Santos pode ser uma mola propulsora para a revitalização

daquela região.

A opinião é da arquiteta Ariadne Daher, do escritório Jaime Lerner, que, em julho, entregou à Prefeitura um projeto que pode contribuir para aumentar o número de moradores, comerciantes e turistas na região.

Ela apresentou a palestra "Renovação Urbana e Políticas Públicas", na abertura do Seminário da Indústria da Construção Civil - Santos e região, realizado nesta terça-feira (22), no auditório do Grupo Tribuna.



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.72509:1571755139/Seminario-da-Industria-da-Constuc-o-Civil.jpeg?f=3x2&q=0.9&w=700&\\$p\\$f\\$q\\$w=0788886](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.72509:1571755139/Seminario-da-Industria-da-Constuc-o-Civil.jpeg?f=3x2&q=0.9&w=700&$p$f$q$w=0788886)

Ariadne apresentou a palestra "Renovação Urbana e Políticas Públicas", na abertura do Seminário da Indústria da Construção Civil (Foto: Vanessa Rodrigues/AT)

"O lugar do terminal hoje, em relação a cidade, não é muito convidativo. Se pudesse estar mais próximo da área central seria importante para alavancar o local e fazer pessoas circular pelo centro da cidade", avaliou Ariadne.

A arquiteta fez uma apresentação sobre o projeto de revitalização da região central. Ele já engloba, por exemplo, a ida do Concais para a área do cais do Valongo. O equipamento é só um dos espaços para o crescimento daquela área, como o Cargueiro Cultural (a utilização de uma embarcação que excedeu o tempo de uso em um elemento cultural), a revitalização da área de embarque das barcas de travessia entre Santos e o distrito de Vicente de Carvalho, em Guarujá, e o uso dos antigos barracões.

#### Moradias e universidades

O retorno e o incentivo às moradias na área central também são vistos como vital para Ariadne Daher.

"Fomos avisados que, por muito tempo, foi proibida a construção de moradias no Centro. Na nossa avaliação, um passo muito equivocado. O Rio de Janeiro também fez isso. Talvez aquilo que tem

contribuído para degradação do Centro foi essa proibição. A região ficou dependente da atividade do comércio, de dia, para sobreviver", disse a representante do escritório Jaime Lerner.

A arquiteta também falou que Santos, como um grande polo de universidades, pode instalar equipamentos na região, com o agrupamento de moradias para estudantes no local.

"Se tiver uma república bacaninha, eles vão ficar (risos)", brincou Ariadne.

### Monte Serrat e Mercado

Outras áreas importantes para o projeto são o Monte Serrat e o antigo Mercado Municipal. No Monte Serrat, por exemplo, há um projeto para uma abertura maior das escadarias, que integraria diversas áreas.

Mas, o Mercado é visto como o "coração da mudança" da área central por Ariadne Daher.

"Eu sei vamos receber pancada por isso. Mas precisamos de intervenção forte para mostrar que essa área foi recuperada. O Mercado seria um espaço para coworking, incubadoras, comércio. Transformar num coração da recuperação dessa área da cidade e aproveitando a beleza cênica do lugar", analisou a arquiteta.



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.72505:1571754936/Seminario-Industria-da-Construc-o-Civil.jpeg?f=3x2&q=0.9&w=700&\\$p\\$f\\$q\\$w=8bd112f](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.72505:1571754936/Seminario-Industria-da-Construc-o-Civil.jpeg?f=3x2&q=0.9&w=700&$p$f$q$w=8bd112f)

Roberto Clemente Santini, diretor-presidente da TV Tribuna e presidente da Associação Comercial de Santos, fez o discurso de abertura (Foto: Vanessa Rodrigues/AT)

### Abertura do seminário

Roberto Clemente Santini, diretor-presidente da TV Tribuna e presidente da Associação Comercial de Santos (ACS), fez o discurso de abertura do seminário.

O empresário destacou a retomada dos empregos e a melhoria da economia brasileira neste ano, com a retomada do crescimento sendo um estímulo ao mercado imobiliário.

"Mais do que debater tendências e novas ideias, desejo que este seminário possa nos preparar para o novo ciclo de desenvolvimento e retomada que o setor da construção civil sempre teve na nossa região".

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 22/10/2019



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### ANTAQ INICIA CADASTRAMENTO DE USUÁRIOS DO SDN – MÓDULO APOIO PORTUÁRIO



Por meio do SDN – Módulo Apoio Portuário, as empresas brasileiras de navegação prestarão à ANTAQ informações sobre frota em operação e as operações realizadas, tais como portos de atuação, tipos de atividades e valores cobrados

[http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Cabotagem\\_Amaz%C3%B4nia-3-300x225.jpg](http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Cabotagem_Amaz%C3%B4nia-3-300x225.jpg)

O primeiro mês de obrigatoriedade para o envio das informações será o mês de dezembro próximo. Fotos: Divulgação.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ iniciou o cadastramento de pessoas físicas que atuarão como usuários máster do Módulo Apoio Portuário, do Sistema de Desempenho da Navegação – SDN.

O SDN é um sistema informatizado, mantido pela ANTAQ, destinado a receber, pela internet, informações de natureza técnica e operacional prestadas pelas empresas brasileiras de navegação (EBNs). Essas informações incluem dados de frota em operação, bem como das operações realizadas, como portos de atuação, tipos de atividades e valores cobrados.

O conhecimento do mercado regulado por meio da obtenção de dados junto aos agentes do setor é de fundamental importância para subsidiar a atuação regulatória da ANTAQ, assim como na organização, manutenção e divulgação de informações estatísticas relativas à sua área de atuação.

Os interessados deverão preencher o formulário “Ficha de Cadastro de Usuário Máster do Módulo SDN-AP”, que se encontra disponível no link <http://portal.antaq.gov.br/index.php/sistema-de-desempenho-da-navegacao-apoio-portuario/> e apresentar os documentos exigidos. Os inscritos receberão um e-mail de confirmação do credenciamento junto ao Sistema de Gestão de Usuários (SGU), num prazo de sete dias úteis.

A solicitação de cadastro deve se referir à empresa matriz da EBN com outorga para a navegação de apoio portuário, como explica o gerente de Desenvolvimento e Estudos da Autarquia, José Neto. “Empresas filiais serão vinculadas à matriz no momento do cadastramento pela ANTAQ, caso seja necessário”, informou.

A norma

Em agosto de 2019, a ANTAQ aprovou a norma (Resolução Normativa nº 35/2019), que estabelece a obrigatoriedade da prestação de informações para alimentação do Sistema de Desempenho da Navegação pelas empresas que atuam na navegação de apoio portuário.

A norma determina a obrigatoriedade das EBNs de apoio portuário a se integrarem ao Sistema e, por meio dele, encaminhar as informações relativas às operações realizadas, tais como frota em operação, porto ou terminal operado, atividades realizadas, preço mínimo/máximo e receita mensal bruta auferida por atividade, em cada porto ou terminal.

O art. 8º da RN diz que a ANTAQ dará tratamento confidencial às informações prestadas pelas empresas, ressalvando os casos de divulgação de informações estatísticas agregadas, em que não há a identificação da EBN prestadora do serviço.

A norma também estabeleceu um período de 90 dias a partir da publicação para que as empresas se integrem ao Sistema. Findo esse prazo, o envio das informações passa a ser obrigatório a partir do mês subsequente ao mês de referência. “Nesse caso, o primeiro mês de obrigatoriedade para o envio das informações será o mês de dezembro próximo, sendo que as empresas terão até o final de fevereiro de 2020 para encaminharem os dados à Agência”, explica ainda o gerente de Desenvolvimento e Estudos da ANTAQ.

Além dos técnicos da Gerência, lotados na sede da Agência, os servidores das unidades regionais da Autarquia foram treinados sobre a utilização do Sistema e se encontram à disposição dos representantes das EBNs para tirar dúvidas sobre o SDN – módulo apoio portuário.

*Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários  
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ  
Fone: (61) 2029-6520  
FAX: (61) 2029-6517  
E-mail: asc@antaq.gov.br  
Data : 22/10/2019*

## **PORTAL PORTO GENTE**

### **R\$ 200 MILHÕES EM MODERNIZAÇÃO DE RODOVIAS DO VALE DO RIBEIRA**

*Assessoria de Comunicação*

Obras trarão crescimento econômico e turístico à região e incluem estradas como as SPs 165 e 193. O Governo do Estado de São Paulo lançou, no dia 17 último, o Programa Vale do Futuro, para a contratação de obras de modernização de rodovias estaduais e pavimentação de estradas vicinais, beneficiando 12 municípios do Vale do Ribeira.



<https://portogente.com.br/images/rodovia-sp-165-entre.jpg>

*Rodovia SP 165 - entre Iporanga e Apiaí.*

Os empreendimentos contemplam mais de 120 kms de extensão em melhorias nas rodovias estaduais. Estão previstos serviços de recuperação completa no pavimento, modernização no sistema de drenagem, perenização com colocação e compactação de material britado, e nivelamento da plataforma do trecho em terra. Uma nova sinalização horizontal também será implantada.

O montante destinado às rodovias é de R\$ 102 milhões.

#### **Vicinais**

O recurso destinado será na ordem de R\$ 98 milhões para a recuperação de seis vicinais da região do Vale do Ribeirão. As vias passarão por obras e serviços de recuperação da pista, pavimentação, entre outras melhorias.

Os empreendimentos serão conduzidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER), órgão vinculado à Secretaria de Logística e Transportes, com recursos do Tesouro do Estado e a partir de financiamento internacional por intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As contratações acontecerão por meio de licitação pública.

O montante investido pelo Governo do Estado vai impulsionar o desenvolvimento econômico com melhorias no escoamento da produção regional, além de ampliar o interesse turístico nas cidades do Vale do Ribeira.

#### **Cidades contempladas**

Os municípios que receberão as obras são: Apiaí, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Ilha Comprida, Iporanga, Jacupiranga, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu e Pedro de Toledo.

#### **Obras**

1. Rodovia S/D (SP-057), no Km 72,840, em Juquitiba: implantação de ponte sobre o Rio Juquiá. Investimento: R\$ 2,1 milhões.

2. Via de acesso S/D (SPA 552/230), no Km 19, em Barra do Turvo: implantação de ponte sobre o Rio Barra do Turvo. Investimento: R\$3,1 milhões.

3. Rodovia José Edgard Carneiro dos Santos (SP-193), Km 0,500 ao Km 25,10, entre Eldorado e Jacupiranga: obras de conservação especial com recuperação da pista e correção de ondulações. Investimento: R\$ 19,2 milhões.

4. Rodovias Abílio Previdi e Amantino Stievano (SP-226), do Km 9,6 ao Km 45,4, entre Pariquera-Açu e Cananéia: obras de melhorias e recuperação de pavimento. Investimento: R\$ 48,76 milhões.



5.Rodovia Benedito Pascoal de França (SP-165), entre o Km 72,900 e Km 110,3650, em Eldorado: recuperação da pista. Investimento: R\$ 21,44 milhões.

6.Rodovia Antonio Honório da Silva (SP-165), entre o Km 145,500 e Km 168,840, entre Iporanga e Apiaí: perenização. Investimento: R\$ 8,26 milhões.

7.Vicinal Capitão Brás - CJ -02, em Cajati: restauração de 9 quilômetros de extensão. Investimento: R\$ 7,8 milhões.

8.Vicinal Barra do Braço - ELD -172, em Eldorado: restauração de 7 quilômetros de extensão. Investimento: R\$ 4,3 milhões.

9.Vicinal Capitão Brás - ELD-164, entre Km 9 e Km 25, em Eldorado: pavimentação. Investimento: R\$ 29,66 milhões.

10.Vicinal Pedrinhas - S/Código, entre Km 0 e Km 18,7, em Ilha Comprida: pavimentação. Investimento: R\$ 25,11 milhões.

11.Vicinal Moraes - MRT-340, entre Km 0 e Km 9, em Miracatu: restauração. Investimento: R\$ 7,2 milhões.

12.Vicinal Manoel da Nóbrega - MRT-411/ PT-15, entre Km 0 e Km 19, entre Miracatu e Pedro de Toledo: pavimentação. Investimento: R\$ 23,18 milhões.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 22/10/2019



## TEXTO TEM 99% DE CHANCE DE SER APROVADO NO PLENÁRIO COMO ESTÁ, DIZ TASSO



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2017/06/tasso-jereissati-768x432.jpg>

Após aprovação por votação simbólica na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o relator da reforma da Previdência no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), disse nesta terça-feira, 22, esperar que a votação do texto em segundo turno pelo plenário da Casa acabe ainda nesta data.

“Acredito que o texto tem 99% de chance de ser aprovado no plenário como está. A discussão sobre Previdência nunca é tranquila, mas esperamos manter a economia fiscal da reforma”, afirmou o senador, em referência à estimativa de economia de R\$ 800 bilhões em dez anos. “O texto principal deve ser aprovado com facilidade. A discussão será destaque a destaque”, completou.

Já o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, afirmou estar conversando com líderes governistas para pedir que não sejam apresentadas novas emendas ao texto no plenário. “O quórum do Senado hoje deve ser maior que o da votação em primeiro turno”, projetou.

Marinho também disse torcer para que o projeto de reforma dos militares seja aprovado nesta terça na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Jereissati disse ainda que lerá o texto da PEC Paralela da Previdência na CCJ na quarta-feira, 23. A presidente da comissão, Simone Tebet (MDB-MS), disse que o texto será votado pelo colegiado em até 15 dias e poderá ser concluído pelo Senado na primeira quinzena de dezembro.

Fonte : Revista IstoÉ

Data : 22/10/2019

## **INDÚSTRIA MANTÉM RITMO LENTO DE RECUPERAÇÃO, DIZ PESQUISA DA CNI**

A atividade industrial está se recuperando gradualmente, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Os empresários do setor já percebem uma leve melhora no consumo e na situação financeira das empresas. Além disso, o emprego subiu 0,4 ponto em setembro em relação a agosto, informa a Sondagem Industrial, divulgada hoje (22) pela CNI.

Conforme a pesquisa, o indicador de produção ficou em 48,8 pontos e o de emprego alcançou 49 pontos em setembro. Os indicadores variam de zero a 100 pontos. Quando acima de 50, indicam aumento da produção e do emprego,

Segundo a CNI, o indicador de utilização da capacidade instalada ficou estável em 69% e o índice de estoques efetivos em relação ao planejado caiu para 51,4 pontos, mostrando que se reduziu o excesso de estoques do setor.

“O emprego e o nível de estoques desejados em relação ao usual melhoraram. Esses são indícios de que a melhora no mercado de trabalho tem se refletido na demanda interna, com impacto na atividade industrial”, mostra o levantamento.

No entanto, a CNI alerta que os indicadores atuais ainda estão distantes dos observados antes da recessão. “Essa situação reforça a necessidade de continuidade dos esforços de reformas estruturais e melhoria do ambiente de negócios, de modo a superar os entraves que limitam o ritmo de expansão atual”, destaca a pesquisa.

### **Principais problemas**

O número de menções à falta de demanda interna diminuiu de 41,1% no segundo trimestre para 34,6% no terceiro trimestre. Mesmo com a queda de 6,5 pontos percentuais, a demanda interna insuficiente continua sendo o segundo principal problema enfrentado pelas indústrias brasileiras e perde apenas para a elevada carga tributária, que recebeu 44,7% das menções no terceiro trimestre.

Em terceiro lugar no ranking de principais obstáculos aparece a falta de capital de giro, com 18,2% das menções. A falta ou alto custo das matérias-primas ficou em quarto lugar, com 17,6% das respostas, e a competição desleal, com 17,3% das menções, é a quinta colocada da lista.

### **Situação financeira**

Segundo a CNI, a situação financeira das empresas melhorou no terceiro trimestre. O índice de satisfação com o lucro subiu 2,2 pontos em relação ao trimestre anterior e ficou em 42,3 pontos no terceiro trimestre. O índice de satisfação com a situação financeira aumentou 1,5 ponto e alcançou 47,2 pontos no terceiro trimestre.

Apesar disso, os dois indicadores continuam abaixo da linha divisória dos 50 pontos. Os empresários também notam melhora no acesso ao crédito. O índice de facilidade de acesso ao crédito subiu 0,8 ponto frente ao segundo trimestre e ficou em 40,4 pontos no terceiro trimestre.

### **Expectativas**

A pesquisa também mostra que os empresários mantêm o otimismo. Todos os indicadores de expectativas continuam acima dos 50 pontos, mostrando que o setor espera aumento da demanda, da compra de matérias-primas, do número de empregados e das exportações nos próximos seis meses.

Isso melhorou a disposição para os investimentos, informou a CNI. O índice de intenção de investir subiu para 54,1 pontos este mês. O indicador é 3,2 pontos maior do que o registrado em outubro de

2018 e está 4,8 pontos acima da média histórica. O índice de intenção de investimentos varia de zero a cem pontos. Quanto maior o índice, maior a disposição das empresas para investir.

Esta edição da Sondagem Industrial foi feita de 1º a 11 de outubro com 1.962 empresas. Dessas, 803 são pequenas, 689 são médias e 470 são de grande porte.

Fonte : Revista IstoÉ

Data : 22/10/2019

## **GOVERNO APRESENTARÁ 3 PROPOSTAS DO PACTO FEDERATIVO NO DIA 29, DIZ LÍDER**

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), anunciou que o Planalto vai apresentar, na próxima terça-feira, 29, três propostas que envolvem o pacto federativo. Os textos serão protocolados no Senado por Bezerra e pelo líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO). A expectativa de Bezerra é que as três medidas sejam aprovadas no Senado ainda em 2019.

Os textos tratam sobre a revisão da regra de ouro, que impede a criação de dívida para pagar gastos correntes, como de pessoal; a previsão de gatilhos para conter as despesas de Estados e municípios; e a desvinculação de fundos constitucionais, como os relacionados à saúde e à educação, e infraconstitucionais, como o Fundo Penitenciário Nacional, permitindo que o dinheiro desses fundos seja usado em outras áreas.

Uma proposta de revisão da regra de ouro já tramita na Câmara. A ideia do governo é que o Senado envie um texto sobre o mesmo assunto para que os deputados federais concluam a análise da medida.

De acordo com Bezerra, a segunda PEC vai propor mecanismos de redução das despesas nas situações de emergência fiscal em Estados e municípios. Esses gatilhos envolvem a diminuição de gastos com servidores, o reequilíbrio das contas previdenciárias e o congelamento de salários e progressões. “Essa PEC é a mais densa de todas. Ela, de fato, vai criar a cultura da responsabilidade fiscal”, afirmou.

A proposta, adiantou o líder do governo, inclui a criação do Conselho Fiscal da República com a participação dos três Poderes para autorizar o acionamento dos gatilhos por Estados e municípios. A medida também irá prever o monitoramento da situação fiscal dos governos regionais pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O envio das PECs foi negociado entre os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com o ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião na segunda-feira, 21.

### **Fundos**

Fernando Bezerra destacou que o governo vai propor, em uma das propostas, a desvinculação de todos os fundos constitucionais, que carimbam um percentual dos recursos do orçamento para áreas como saúde e educação, e outros fundos criados por lei complementares. Essa proposta é defendida pela equipe econômica.

Ainda que haja a previsão de que a desvinculação dos recursos em áreas como Saúde e Educação não será bem recebida pelo Congresso, o líder do governo afirmou ser possível aprovar a desvinculação dos mais de 260 fundos infraconstitucionais. “Acabando com esses fundos infraconstitucionais, tem mais de R\$ 20 bilhões na mesa para as despesas de investimentos e despesas discricionárias para atender a áreas prioritárias como educação, saúde e infraestrutura”, comentou.

### **Reforma tributária**

Questionado sobre a agenda depois da reforma da Previdência, o líder do governo no Senado ratificou que a reforma tributária ficará para o ano que vem. O Congresso articula a criação de uma comissão mista de senadores e deputados para fechar um texto comum sobre a revisão dos tributos federais, estaduais e municipais.

Fonte : Revista IstoÉ

Data : 22/10/2019



**EXTRA ONLINE**

## **EXCLUSIVO-PPSA BUSCA CONTRATAR PETROBRAS PARA COMERCIALIZAR PETRÓLEO DA UNIÃO, DIZ PRESIDENTE**

*Por Marta Nogueira e Gram Slattery*

RIO DE JANEIRO (Reuters) - A estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) está em negociações avançadas para contratar a Petrobras como agente comercializador da produção do pré-sal que pertence à União e tem a expectativa de fechar um acordo até o fim deste ano, disse à Reuters o presidente da companhia, José Eduardo Gerk.

A empresa, que representa a União nos contratos de partilha de produção, já havia tentado no passado fechar um contrato com a petroleira estatal, mas as conversas não prosperaram.

O petróleo da União é aquele produzido por empresas que ofertaram o produto em leilões do pré-sal, inclusive a própria Petrobras --em tais certames, ganha a disputa quem faz a maior oferta de óleo ao Estado.

"Desde que eu estou aqui, o andamento das negociações... com a Petrobras tem avançado, e a gente espera até que consiga chegar a um bom termo até o fim do ano", afirmou ele, em uma entrevista na segunda-feira em seu escritório, na sede da companhia, no Rio de Janeiro.

Gerk, que assumiu o posto em abril deste ano, evitou fazer comentários sobre o que deu errado na tentativa anterior de colocar a Petrobras como o agente comercializador do petróleo da União.

No ano passado, a PPSA comercializou volumes de petróleo por meio de venda spot e em leilão, fechando contratos que atualmente são suficientes para os próximos dois ou três anos. Mas, daqui em diante, a contratação direta da petroleira estatal para fazer a comercialização é vista como a melhor opção, embora novos leilões não estejam descartados.

Uma resposta positiva da petroleira atualmente, segundo Gerk, poderá vir diante das perspectivas de volumes significativos de petróleo a que a União terá direito no futuro.

Procurada, a Petrobras preferiu não comentar o assunto.

Um estudo publicado pela PPSA, no ano passado, previa que a parcela de produção da União nos 14 contratos de partilha firmados até agora deveria atingir 250 mil barris de petróleo por dia (bpd) em 2028, contra os poucos milhares de barris diários atualmente.

A estimativa da parcela de petróleo da União no futuro deverá ser revista após os leilões do pré-sal marcados para novembro. Gerk adiantou que estudos preliminares indicam a possibilidade desse volume dobrar, para 500 mil bpd.

"Imagina, uma empresa de 500 mil barris por dia hoje é uma empresa de grande porte", pontuou Gerk.

Grande parte da expectativa com o aumento da estimativa atual está no megaleilão que irá licitar em 6 de novembro os volumes excedentes da cessão onerosa, no pré-sal da Bacia de Santos, que poderá levantar cerca de 106 bilhões de reais para a União em bônus de assinatura fixos, caso todas as quatro áreas sejam negociadas.



Nessa rodada, os ativos que serão ofertados já têm declaração de comercialidade e um deles, o campo de Búzios, já está em produção, com grandes perspectivas.

Uma outra licitação, a 6ª Rodada de Partilha do pré-sal, está programada para 7 de novembro, com outras promissoras áreas em oferta.

## ORÇAMENTO E FUNCIONÁRIOS

O avanço da produção no pré-sal também deverá determinar o ritmo de crescimento e contratações na PPSA.

Gerk explicou que atualmente a empresa conta com 44 funcionários e que está preparando um plano de cargos e salários para ser aprovado pelo Ministério da Economia no primeiro semestre do ano que vem.

Após a aprovação, a ideia é preparar um concurso público para o fim de 2020 para o ingresso de funcionários em 2021. O plano inicial é a contratação de cerca de 50 concursados, mas o número poderá crescer, dependendo da velocidade do desenvolvimento de campos do pré-sal.

O executivo comentou ainda notícias recentes de que o governo estaria devendo recursos à PPSA, o que poderia estar prejudicando as atividades da empresa.

Questionado, o presidente da estatal explicou que a questão já está solucionada e que o governo irá pagar os cerca de 109 milhões de reais devidos, referentes a recursos da 4ª e 5ª Rodadas do pré-sal, entre este ano e o próximo. Também afirmou que o caixa da PPSA está confortável para as atividades em curso.

*Fonte : Extra Online*

*Data : 22/10/2019*

## **PRIVATIZAÇÃO DA CEMIG TEM OPOSIÇÃO DE 47,7% DOS MINEIROS, DIZ PESQUISA**

*Por Luciano Costa*

SÃO PAULO (Reuters) - Planos do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, de privatizar a elétrica estadual Cemig sofrem oposição atualmente de 47,7% dos mineiros, enquanto 36,2% são favoráveis à proposta e 16,1% não opinaram, estimou pesquisa encomendada pela Associação Mineira de Municípios (AMM) e vista pela Reuters.

Os números são importantes porque a legislação mineira exige aprovação em plebiscito para a venda do controle de empresas de serviços públicos, como energia. Para avançar com a desestatização sem aprovação popular, o governo Zema precisaria mudar a Constituição local, o que exigiria maioria de três quintos no legislativo estadual.

O levantamento, realizado pelo instituto de pesquisa MDA, envolveu 1,5 mil entrevistas em 227 municípios mineiros entre 23 e 27 de setembro e tem uma margem de erro de 2,5 pontos percentuais, com 95% de confiança.

O maior apoio à privatização da elétrica mineira aparece entre pessoas com renda familiar acima de 5 salários mínimos, mas ainda assim há empate nessa faixa, com 45% das opiniões favoráveis à medida e 45% contrárias.

Entre as faixas com renda de entre 2 e 5 salários mínimos os favoráveis à desestatização são 39%, com 46% contrários, enquanto na faixa de renda abaixo de 2 salários o apoio à proposta é de 32%, enquanto a oposição tem 49%.

Também há cenário menos negativo para a privatização entre os mais escolarizados-- entre pessoas com nível superior, 42% veem como positiva a privatização, enquanto 46% são contra. Entre os com ensino fundamental, há 31% a favor da venda da elétrica, enquanto 48% são contrários.

Na análise por região, há vantagem dos favoráveis à privatização apenas no Centro-Oeste do Estado, com 47% contra 36%, e no Sul de Minas, com 42% contra 37%. Na região central de Minas, a rejeição à privatização é de 54%, com apoio de 34%, enquanto na Zona da Mata os contrários chegam a 60%, contra 30% favoráveis.

Executivos da Cemig estimaram no final de agosto que uma proposta oficial do governo mineiro para a privatização da companhia deveria ser apresentada em breve ao legislativo estadual para aprovação ainda em 2019, mas o governo não avançou no tema até o momento.

Mais recentemente, no final de agosto, Zema disse que a privatização da Cemig e de outros ativos estatais poderia ficar para 2020 ou 2021, para permitir negociações com a Assembleia Legislativa estadual, segundo notícias na imprensa.

*Fonte : Extra Online  
Data : 22/10/2019*

## **VALE SUSPENDE ATIVIDADES EM BARRAGEM DE MINAS; AJUSTA INTERVALO DO GUIDANCE DE VENDAS**

*Por Roberto Samora*

SÃO PAULO (Reuters) - A mineradora Vale informou que suspendeu temporariamente, a partir desta segunda-feira, a disposição de rejeitos na barragem Itabiruçu, localizada no Complexo de Itabira (MG), enquanto conduz avaliações sobre as características geotécnicas da estrutura.

No mesmo fato relevante em que informou sobre a barragem, a empresa reafirmou seu guidance de vendas de minério de ferro e pelotas de 307-332 milhões de toneladas para 2019, mas, "em função da paralisação de Itabiruçu e pela revisão do seu plano de vendas, espera que estas se situem entre o limite inferior e o centro da faixa".

Até o início do mês, a Vale esperava que as vendas ficassem no centro da faixa do guidance.

Enquanto a disposição de rejeitos em Itabiruçu estiver suspensa, a barragem adotará o protocolo de emergência em Nível 1, de acordo com a Agência Nacional de Mineração (ANM), que não requer evacuação da população a jusante, destacou a companhia.

"A decisão de paralisar as atividades dessa barragem derivou de avaliação da própria Vale, acordada com órgãos de fiscalização externos, sobre a necessidade de realizar estudos complementares sobre suas características geotécnicas. Os estudos serão realizados por empresa contratada pela Vale, durante o prazo de 30 dias", ressaltou.

De acordo com a mineradora, a barragem Itabiruçu teve sua Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) emitida em 30 de setembro de 2019, que permanece válida.

O impacto na produção devido à paralisação na barragem Itabiruçu, que recebe rejeitos da mina de Conceição, estará limitado a 2019 com cerca de 1,2 milhão de toneladas, "uma vez que o plano de produção de 2020 já previa a paralisação momentânea desta barragem em grande parte de 2020".

Deste modo, continuou a companhia, está mantido o plano de retomada da produção de aproximadamente 50 milhões de toneladas, capacidade ainda paralisada por conta do desastre em Brumadinho (MG), no início do ano.

*Fonte : Extra Online  
Data : 22/10/2019*



**CNT: NÚMERO DE PONTOS CRÍTICOS NAS RODOVIAS AUMENTA EM 75,6%**

Segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT), a má conservação do asfalto ajuda a aumentar em 28,5% o custo operacional dos produtos transportados por estradas  
*POR PEDRO PEDUZZI, DA AGÊNCIA BRASIL*

O número de pontos críticos da malha rodoviária pavimentada brasileira aumentou em 75,6% entre 2018 e 2019. De acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), essa situação, associada a outros fatores como falta de investimentos e má qualidade das pistas, prejudica a competitividade dos produtos brasileiros, aumentando em 28,5% o custo operacional dos produtos que têm, nas rodovias, sua principal forma de escoamento.

Os números constam da 23ª Pesquisa CNT de Rodovias, divulgada hoje (22) pela entidade. Ao todo, foram avaliados mais de 108 mil quilômetros de rodovias em todo o país. A pesquisa analisa toda a malha federal pavimentada e os principais trechos estaduais também pavimentados.

Segundo o levantamento, foram identificados, em 2019, 797 pontos críticos nas rodovias brasileiras. Destes, 130 são erosões na pista, 26 quedas de barreira, 2 pontes caídas e 639 trechos com buracos grandes. Entre 2017 e 2018, o número de pontos críticos já havia aumentado de 363 para 454 casos.

Na avaliação da CNT, 59,0% da malha rodoviária pavimentada apresentam algum tipo de problema, motivo pelo qual foi considerada regular, ruim ou péssima. Ainda segundo o levantamento, 41,0% da malha são consideradas ótimas ou boas. De acordo com o levantamento anterior, feito em 2018, 57% dos trechos de malha pavimentada apresentavam estado geral com classificação regular, ruim ou péssima.

A entidade aponta que 52,4% da extensão de todo pavimento avaliado apresentam problemas, e que 47,6% têm condição satisfatória. O pavimento está “totalmente destruído” em 0,9% da extensão avaliada.

No que se refere à sinalização, em 48,1% da extensão das rodovias ela foi considerada regular, ruim ou péssima; e em 51,9% foi considerada ótima ou boa. “A faixa central é inexistente em 6,6% da extensão e as faixas laterais são inexistentes em 11,5%”, aponta do estudo.

Na avaliação da geometria da via – que considera o tipo e o perfil da rodovia, a presença de faixa adicional, de curvas perigosas e de acostamento – 76,3% da extensão foram consideradas deficitários, e 23,7% avaliados como ótimos ou boas. As pistas simples predominam em 85,8% da extensão e, em 45,5% dos trechos avaliados falta acostamento.

A CNT alerta que não há acostamento em 41,7% dos trechos com curvas perigosas.

Diante desse quadro, a entidade estima que em 2018, o prejuízo gerado pelos acidentes ficou em R\$ 9,73 bilhões. No mesmo período, acrescenta a CNT, o governo teria gasto R\$ 7,48 bilhões com obras de infraestrutura rodoviária de transporte.

A má qualidade do pavimento aumenta o consumo – e o desperdício - de combustíveis. Segundo estimativa da CNT, haverá, em 2019, um “consumo desnecessário” de 931,8 milhões de litros de diesel devido à má qualidade do pavimento, o que resultará em um aumento de R\$ 3,3 bilhões nos custos para os transportadores.

O levantamento avalia que serão necessários R\$ 38,6 bilhões em investimentos em “ações emergenciais de manutenção e reconstrução” para a recuperação das rodovias brasileiras. No entanto, complementa o estudo, dos R\$ 6,2 bilhões em recursos autorizados pelo governo federal para a infraestrutura rodoviária, apenas R\$ 4,78 bilhões (77,1%) foram investidos até setembro.

*Fonte : Epoca Negócios  
Data : 22/10/2019*

## **GOVERNO LIBERA R\$ 2,58 MILHÕES PARA SERGIPE COMBATER AVANÇO DO ÓLEO**

A quantia representa pouco mais de 10% dos R\$ 22 milhões que, na semana passada, o estado pediu ao Governo Federal



<https://s2.glbimg.com/tPgTJp3h2FC0ET2vTtEpUSQaJgE=/620x430/e.glbimg.com/og/ed/f/original/2019/10/22/a2bc20119fd9543795d0b0e45a59b020.jpg>

*Manchas de óleo no litoral de Sergipe (Foto: Adema/Governo de Sergipe)*

O Ministério do Desenvolvimento Regional anunciou a liberação de R\$ 2,58 milhões para o estado de Sergipe empregar na limpeza das praias e demais localidades sergipanas atingidas pelo óleo cru que atingiu aos nove estados da Região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe).

A quantia representa pouco mais de 10% dos R\$ 22 milhões que, na semana passada, o governo estadual solicitou ao governo federal para custear as atividades de limpeza, monitoramento, contenção e recolhimento do óleo que já vem realizando.

Anunciada ontem (21), pelo ministro Gustavo Canuto, a transferência dos recursos federais para o governo de Sergipe utilizar em ações para minimizar o impacto ambiental da chegada do óleo ao litoral nordestino foi formalizada hoje (22), com a publicação, no Diário Oficial da União, da Portaria 2.493, assinada pelo secretário nacional de Proteção e Defesa Civil, Alexandre Lucas Alves.

A portaria estabelece que a quantia repassada deve ser integralmente empregada na execução de ações de Defesa Civil em resposta à poluição causada pelo óleo. Ao fim do prazo de 180 dias, o governo estadual terá 30 dias para prestar contas dos recursos empenhados.

As manchas de óleo que começaram a ser avistadas em alto-mar no final de agosto, atingiram o litoral sergipano no dia 24 de setembro. Pouco tempo depois, o governo estadual decretou situação de emergência na faixa litorânea dos municípios atingidos pelo derramamento de produto químico em ambiente marinho. O decreto, também adotado pelo governo da Bahia, permite a contratação de serviços para ajudar na limpeza das praias e na contenção do produto.

Na semana passada, o Departamento de Proteção e Defesa Civil de Sergipe encaminhou à Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério do Desenvolvimento Regional, um plano de ação detalhado com o qual justificou o pedido de cerca de R\$ 22 milhões em repasses federais. Segundo o departamento estadual, o recurso seria usado na proteção e limpeza do trecho litorâneo mais afetado no estado – que compreende as cidades de Estância, Pirambu, Brejo Grande, Pacatuba, Itaporanga D' Ajuda e Barra dos Coqueiros -, onde, segundo o departamento, cerca de 320 mil pessoas já foram afetadas.

“Toda a extensão do litoral de Sergipe está atingida por esta contaminação, se estendendo ainda para os estuários dos rios Sergipe, Vaza-Barris, Piauí, Real, Japarutuba, Parapuça e São Francisco, causando diversos impactos na fauna e flora marítima, bem como danos, prejuízos e impactos ambientais, sociais, comerciais, etc.. Por tudo apresentado fica evidenciado a necessidade de um aporte financeiro por parte do governo Federal para restabelecer a normalidade no litoral sergipano”, defende a Defesa Civil, no documento encaminhado à Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Ontem, o governo federal anunciou que cerca de 5 mil militares do Exército reforçarão as ações de limpeza das praias atingidas por óleo no litoral do Nordeste. Hoje, o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, visita áreas atingidas na região e se reúne com governadores nordestinos

*Fonte : Epoca Negócios*

*Data : 22/10/2019*

## **ESTATAL DO PRÉ-SAL BUSCA PETROBRAS PARA COMERCIALIZAR PETRÓLEO DA UNIÃO**

Presidente da Petrobras, José Eduardo Gerk afirma que as duas empresas podem fechar um acordo até o fim do ano



[https://s2.glbimg.com/g\\_WxAi-6tzOwrBaVZIWf\\_xm-Os=/620x430/e.glbimg.com/og/ed/f/original/2017/11/27/petrobras-plataforma.jpg](https://s2.glbimg.com/g_WxAi-6tzOwrBaVZIWf_xm-Os=/620x430/e.glbimg.com/og/ed/f/original/2017/11/27/petrobras-plataforma.jpg)

*Plataforma de petróleo da Petrobras ; pré-sal ; (Foto: Divulgação)*

A estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) está em negociações avançadas para contratar a Petrobras como agente comercializador da produção do pré-sal que pertence à União e tem a expectativa de fechar um acordo até o fim deste ano, disse o presidente da companhia, José Eduardo Gerk.

A empresa, que representa a União nos contratos de partilha de produção, já havia tentado no passado fechar um contrato com a petroleira estatal, mas as conversas não prosperaram.

O petróleo da União é aquele produzido por empresas que ofertaram o produto em leilões do pré-sal, inclusive a própria Petrobras — em tais certames, ganha a disputa quem faz a maior oferta de óleo ao Estado.

"Desde que eu estou aqui, o andamento das negociações... com a Petrobras tem avançado, e a gente espera até que consiga chegar a um bom termo até o fim do ano", afirmou ele, em uma entrevista na segunda-feira em seu escritório, na sede da companhia, no Rio de Janeiro.

Gerk, que assumiu o posto em abril deste ano, evitou fazer comentários sobre o que deu errado na tentativa anterior de colocar a Petrobras como o agente comercializador do petróleo da União.

No ano passado, a PPSA comercializou volumes de petróleo por meio de venda spot e em leilão, fechando contratos que atualmente são suficientes para os próximos dois ou três anos. Mas, daqui em diante, a contratação direta da petroleira estatal para fazer a comercialização é vista como a melhor opção, embora novos leilões não estejam descartados.

Uma resposta positiva da petroleira atualmente, segundo Gerk, poderá vir diante das perspectivas de volumes significativos de petróleo a que a União terá direito no futuro.

Procurada, a Petrobras preferiu não comentar o assunto.

Um estudo publicado pela PPSA, no ano passado, previa que a parcela de produção da União nos 14 contratos de partilha firmados até agora deveria atingir 250 mil barris de petróleo por dia (bpd) em 2028, contra os poucos milhares de barris diários atualmente.

A estimativa da parcela de petróleo da União no futuro deverá ser revista após os leilões do pré-sal marcados para novembro. Gerk adiantou que estudos preliminares indicam a possibilidade desse volume dobrar, para 500 mil bpd.

"Imagina, uma empresa de 500 mil barris por dia hoje é uma empresa de grande porte", pontuou Gerk.

Grande parte da expectativa com o aumento da estimativa atual está no megaleilão que irá licitar em 6 de novembro os volumes excedentes da cessão onerosa, no pré-sal da Bacia de Santos, que poderá levantar cerca de 106 bilhões de reais para a União em bônus de assinatura fixos, caso todas as quatro áreas sejam negociadas.

Nessa rodada, os ativos que serão ofertados já têm declaração de comercialidade e um deles, o campo de Búzios, já está em produção, com grandes perspectivas.

Uma outra licitação, a 6ª Rodada de Partilha do pré-sal, está programada para 7 de novembro, com outras promissoras áreas em oferta.



O avanço da produção no pré-sal também deverá determinar o ritmo de crescimento e contratações na PPSA.

Gerk explicou que atualmente a empresa conta com 44 funcionários e que está preparando um plano de cargos e salários para ser aprovado pelo Ministério da Economia no primeiro semestre do ano que vem.

Após a aprovação, a ideia é preparar um concurso público para o fim de 2020 para o ingresso de funcionários em 2021. O plano inicial é a contratação de cerca de 50 concursados, mas o número poderá crescer, dependendo da velocidade do desenvolvimento de campos do pré-sal.

O executivo comentou ainda notícias recentes de que o governo estaria devendo recursos à PPSA, o que poderia estar prejudicando as atividades da empresa.

Questionado, o presidente da estatal explicou que a questão já está solucionada e que o governo irá pagar os cerca de 109 milhões de reais devidos, referentes a recursos da 4ª e 5ª Rodadas do pré-sal, entre este ano e o próximo. Também afirmou que o caixa da PPSA está confortável para as atividades em curso.

Fonte : *Epoca Negócios*  
Data : 22/10/2019



## **JORNAL O GLOBO – RJ**

### **NO PÓS-PREVIDÊNCIA, GUEDES PREPARA PACOTE DE CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS**

Ministro quer apresentar o que chama de novo pacto federativo

*Por Manoel Ventura*



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/23969439-55d-81f/FT1086A/652/xguedes.jpg.pagespeed.ic.RnMqD7OnFF.jpg>

*O ministro da Economia, Paulo Guedes. Foto: Amanda Perobelli / Reuters*

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, se prepara para apresentar, na próxima semana, um pacote de medidas para aumentar o controle sobre os gastos públicos, alterar regras sobre o Orçamento e ampliar os repasses de verbas federais para estados e municípios. Guedes tem chamado as propostas de novo pacto federativo. O governo também planeja a revisão nas regras sobre os servidores públicos, na chamada reforma administrativa.

As medidas serão entregues ao Congresso Nacional logo após a conclusão da reforma da Previdência, o que está previsto para ocorrer nesta terça-feira, no Senado . A ideia é dividir os temas do pacto federativo em três projetos, todos propostas para alterar a Constituição, além da reforma administrativa, que também vai exigir mudanças constitucionais.

Consultoria: reforma vai melhorar sistema no Brasil, mas falta avançar em previdência complementar

Alterar a Constituição exige o apoio de três quintos da Câmara e do Senado, em duas votações em cada Casa. O objetivo é apresentar os projetos ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), na próxima terça-feira.

A mais profunda das mudanças nas contas públicas está numa proposta que cria o Conselho Fiscal da República. Esse colegiado seria formado pelos presidentes da República, da Câmara, do Senado, e do Supremo Tribunal Federal. Governadores também participariam do conselho.

Assim, os três Poderes se reuniriam periodicamente para discutir a situação das contas públicas do país, numa versão turbinada da Junta de Execução Orçamentária — composta hoje pelos ministros da Economia, Casa Civil e pelo presidente da República. A intenção, nessa proposta, segundo fontes, é criar uma ampla “cultura de responsabilidade fiscal” em todas as esferas e também evitar derrotas no Judiciário que ampliem gastos.

Maia: reforma administrativa, que deve mexer na estabilidade de servidor, terá tramitação acelerada

Essa PEC também deve desvincular, desobrigar e desindexar parte do Orçamento federal, numa das principais bandeiras do ministro da Economia. Guedes quer aumentar o poder dos políticos sobre o Orçamento público, reduzindo os gastos obrigatórios e permitindo ao Congresso dizer quais despesas devem ser priorizadas.

A PEC também pretende levar responsabilidade fiscal aos estados e municípios. Guedes quer ampliar o poder do Tribunal de Contas da União (TCU), permitindo ao órgão supervisionar os trabalhos dos tribunais de contas estaduais e municipais. A equipe econômica acredita que boa parte do descontrole das contas dos governos regionais hoje se deve a omissão desses tribunais.

Por isso, as decisões do TCU poderiam se tornar vinculantes aos demais Entes da Federação. A mesma PEC poderá ainda incluir medidas para aumentar repasses do governo federal para estados e municípios.

O peso da indexação: Reajuste obrigatório atinge R\$ 1 trilhão dos gastos públicos

Uma segunda proposta, também para alterar a Constituição, trata da redução das despesas públicas, com o objetivo de fazer o governo cumprir duas regras fiscais: a regra de ouro e a regra do teto de gastos. A regra de ouro impede o governo de emitir dívida para pagar despesas correntes, como aposentadorias. Isso vem sendo descumprido desde o ano passado por conta da crise nas contas públicas.

Já o teto impede o crescimento das despesas da União. A PEC prevê os chamados “gatilhos”, medidas de ajustes de contas e corte de gastos para que o governo cumpra as regras fiscais e não entre em colapso.

Mesmo com reforma: Déficit da Previdência aumentará R\$ 30 bi em 2020

Uma outra proposta, que ainda está sendo concluída, prevê uma ampla revisão nos fundos públicos. Guedes estuda extinguir parte dos mais de 200 fundos públicos, que engessam o Orçamento. O ministro prefere acabar com os fundos e destinar recursos diretamente do Orçamento para os programas que hoje esses fundos abastecem.

A reforma administrativa também deve ser apresentada na próxima semana. O ministério pretende mudar a estrutura das carreiras públicas.

O congestionamento da pauta econômica no Congresso fará, ainda, o governo adiar a reforma tributária para o próximo ano. Guedes defende a instalação de uma comissão mista, formada por deputados e senadores, para desenhar um texto de consenso para a reforma do sistema de impostos. Neste momento, Câmara e Senado discutem a reforma tributária separadamente.

Fonte : *Jornal O Globo - RJ*  
Data : 22/10/2019

## **PF MIRA RELATOR DA CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO**

Deputado Sergio Souza (MDB-PR) é suspeito de receber propina em troca de proteção na comissão  
*O Globo* 22 Oct 2019 BELA MEGALE E DANIEL BIASETTO opais@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO



<https://i.prcdn.co/img?regionKey=9HIYTD0UP2sOKIAGRL%2bXsA%3d%3d>

**GIVALDO BARBOSA/14-04-2016**

**Alvo. Souza teria recebido pelo menos R\$ 3,2 milhões para manobrar CPI**

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem a Operação Grand Bazaar para desarticular um esquema criminoso de pagamentos de propina por pessoas envolvidas em fraudes a fundos de pensão. Um dos alvos foi o deputado federal Sergio Souza (MDB-PR). Ele foi relator da CPI dos Fundos de Pensão.

No total, foram cumpridos 18 mandados de busca e apreensão em Curitiba, São Paulo, Rio e Brasília contra outros supostos beneficiários dos recursos, operadores financeiros e empresários que teriam pago vantagens indevidas ao deputado em troca de proteção na CPI.

Foram efetuadas buscas contra o lobista Milton Lyra, apontado como operador do MDB, e o advogado Marcos Joaquim, que defendeu o ex-deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ) (detalhes abaixo). A delação do doleiro Lúcio Bolonha Funaro foi a base da operação autorizada pelo ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na sua decisão, Celso de Mello diz que há “relevantes indícios” apontando que Souza teria recebido pelo menos R\$ 3,2 milhões para evitar a convocação e indiciamento de ex-presidentes de fundos de pensão, como Wagner Pinheiro, que esteve à frente do Petros, e de Antônio Carlos Conquista, que comandou o Postalis, na CPI.

Celso de Mello também destaca indícios de que o parlamentar tenha cometido o crime de lavagem de dinheiro por meio de operações de dólar-cabo, emissão de notas frias e empresas de fachada.

Segundo a delação de Funaro, o advogado Marcos Joaquim teria recebido vantagens indevidas para atuar na mesma articulação, interferindo nas convocações e no relatório final da comissão.

Souza disse que “foi tomado de surpresa” e que está “tranquilo”, à disposição da Justiça. Ele defendeu sua atuação na CPI e afirmou que o resultado de seu trabalho levou a diversas ações da PF.

Em nota, Marcos Joaquim disse que está à disposição das autoridades e negou ter participado de reunião citada por Funaro.

*Fonte : Jornal O Globo - RJ*

*Data : 22/10/2019*

## **MAIA PROPÕE ACELERAR REFORMA DOS SERVIDORES**

Presidente da Câmara sugere aproveitar textos sobre o assunto que já tramitam na Casa para que projeto do governo não precise passar por todas as comissões. Equipe econômica divide protagonismo entre deputados e senadores

*O Globo* 22 Oct 2019 **MARCELLO CORRÊA** [marcello.correa@oglobo.com.br](mailto:marcello.correa@oglobo.com.br) **BRASÍLIA**



<https://i.prcdn.co/img?regionKey=aY1zCgi%2fxhj1TtGAqM%2fnXw%3d%3d>

**MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL**

**Agenda pós-Previdência. Maia disse que há urgência também em votar a PEC para reduzir as despesas obrigatórias**

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), propôs ontem acelerar a tramitação da reforma administrativa, medida que vai mexer nas regras do funcionalismo público. Após se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes, Maia explicou que o texto que será encaminhado pelo governo nos próximos dias pode ser anexado a outros projetos de mesmo teor e em estágio

mais avançado de tramitação.

Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) — como será a reforma administrativa — precisa passar por algumas etapas antes de ser analisada pelo plenário da Câmara. A primeira delas é a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na qual os deputados analisam se o texto está de acordo com os princípios constitucionais. Segundo Maia, já há na Casa textos que tratam do mesmo tema e já passaram por essa fase. Isso abre a possibilidade de que a nova proposta que será apresentada pelo Executivo não precise ser analisada pelo colegiado e já avance para a etapa seguinte: uma Comissão Especial dedicada a discutir o mérito da matéria.

—Da nossa parte, temos inclusive algumas PECs que já passaram na CCJ que tratam do tema administrativo e que podem servir de instrumento para acelerar o processo de tramitação da reforma administrativa. Essa é uma decisão que vou tomar com os líderes — disse Maia, após o encontro com Guedes.

Ele negou, no entanto, que essa estratégia significaria pular uma etapa da tramitação:

— Pular, não. Existem PECs que tratam do tema administrativo que já passaram na CCJ. O que a gente pode é utilizar um texto que não é do governo, se o governo não tiver algum tipo de constrangimento e vaidade em relação a isso, para que a gente já possa começar o debate no mérito, nas próximas semanas, na Câmara dos Deputados.

A adoção desse tipo de estratégia chegou a ser cogitada no início do ano, antes de o governo enviar a reforma da Previdência ao Congresso. A sugestão de alguns parlamentares era aproveitar a tramitação da proposta de mudança nas aposentadorias encaminhada pelo expresidente Michel Temer. A ideia não foi à frente, e o governo acabou enviando um novo projeto, sem atalho.

A expectativa é que a reforma administrativa seja encaminhada já na semana que vem, após o presidente Jair Bolsonaro retornar de sua viagem à Ásia. A medida é parte de um pacote de ações que será enviado pelo governo após a aprovação da reforma da Previdência, prevista para ocorrer no Senado hoje.

A equipe econômica estuda, entre outros pontos, revisar a estabilidade para futuros servidores de determinadas carreiras. Os técnicos também querem alongar o tempo pelo qual funcionários públicos chegam ao topo da carreira, considerado hoje curto demais.

## URGÊNCIA EM REDUZIR GASTOS

Além da medida, Maia disse que há urgência em votar uma PEC para reduzir despesas obrigatórias, que vem sendo chamada de PEC dos gatilhos fiscais. Hoje, já há um texto na Câmara sobre o tema, de autoria do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ). Mas a ideia é que um novo projeto sobre o assunto seja apresentado no Senado. A justificativa é que as medidas fazem parte do que Guedes chama de novo pacto federativo, ponto no qual ficou acordado que senadores teriam protagonismo.

O presidente da Câmara afirmou, no entanto, que as duas Casas continuarão trabalhando em conjunto. A ideia é que deputados prossigam para aprovar o texto na CCJ, enquanto os trabalhos no Senado — onde a tramitação é mais curta — avancem. O objetivo de Maia é que a medida seja aprovada ainda neste ano.

Expediente semelhante deve ser adotado para acolher no Congresso as propostas de reforma tributária que serão enviadas pelo governo. Neste caso, no entanto, a ideia é criar uma comissão mista de deputados e senadores, que vai buscar um consenso para unir as duas propostas sobre o assunto que tramitam no Legislativo hoje, uma na Câmara e outra no Senado.

Perguntado se a crise no PSL— que ontem teve mais um desdobramento, com Eduardo Bolsonaro (SP) alçado à liderança da legenda na Câmara — pode afetar a pauta econômica, Maia afirmou que não:

—Esse não é um problema do presidente da Câmara. Se eles vão continuar disputando a liderança ou não, esse é um problema do PSL. Vim aqui hoje também com o objetivo de deixar claro que nós continuamos com a nossa agenda de modernizar a Câmara, de modernizar o Estado brasileiro.

Com o arranjo que vem se desenhando nos últimos dias, a equipe econômica busca equilibrar a disputa por protagonismo entre Câmara e Senado. Ontem, após se encontrar com Maia, Guedes se reuniu com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), também para discutir a pauta pós-Previdência.

*Fonte : Jornal O Globo - RJ*

*Data : 22/10/2019*

## **O ESTADO DE S. PAULO**

### **O ESTADO DE SÃO PAULO - SP**

#### **'SOLUÇÃO INTERMEDIÁRIA' É ALVO DE CRÍTICAS NA CORTE**

*O Estado de S. Paulo 22 Oct 2019 BRASÍLIA / R.M.M.*

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) criticam nos bastidores a possibilidade de adoção de uma “solução intermediária” no julgamento sobre a prisão após condenação em segunda instância. O presidente do STF, Dias Toffoli, já defendeu em duas ocasiões a tese de que deveria caber a execução de pena já após decisão do STJ, mas a interlocutores sinalizou que pode mudar de ideia.

O ministro Gilmar Mendes, que já defendeu a “solução intermediária” do STJ, avisou que vai mudar de entendimento e acompanhar os colegas que defendem a prisão apenas depois do esgotamento de todos os recursos (o “trânsito em julgado”).

Para o relator das três ações sobre o tema, ministro Marco Aurélio Mello, a possibilidade de prisão após terceira instância é uma “meia sola constitucional”.

Marco Aurélio é a favor da execução da pena após o esgotamento de todos os recursos. Outros ministros, como Ricardo Lewandowski, também destacam o princípio da presunção da inocência ao defender a posição de que um réu deve ter o direito de aguardar em liberdade até uma decisão definitiva da Justiça.

O tema divide ministros do STJ ouvidos pelo Estado nos últimos dias. Apenas um deles diz aprovar a “solução intermediária” de prisão após terceira instância. Para ele, um entendimento do Supremo nesse sentido valorizaria “bem mais” o STJ.

Outro ministro, porém, chamou de “absurda” a tese de Toffoli, sob a alegação de que esse entendimento “não tem qualquer base técnica, constitucional ou teórica”, sendo “mero achismo”.

Pesquisa coordenada e divulgada no ano passado pelo ministro Rogerio Schietti, do STJ, mostrou que é reduzido o índice de absolvição pela Corte de réus que já foram condenados em segunda instância.

Ao analisar cerca de 69 mil decisões de ministros e das duas Turmas do STJ especializadas em direito criminal, o levantamento mostrou que em apenas 0,62% dos casos houve absolvição e que em 1,02% dos processos a prisão foi substituída por uma pena alternativa, como perda de bens ou prestação de serviço à comunidade.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 22/10/2019*

#### **'PEC EMERGENCIAL E REFORMA ADMINISTRATIVA SÃO AS PRIORIDADES', DIZ MAIA**

Para deputado, cenário para aprovação dessas pautas está mais claro e aprovação abre espaço no Orçamento de 2020



Entrevista com

Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados

*Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo*

Depois da divisão dos projetos da agenda econômica entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ao Estado que a proposta que aciona gatilhos para conter as despesas e a reforma administrativa têm mais condições de avançar primeiro no Congresso Nacional.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/2/8/1493599348082.jpg>

*O presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) Foto: André Dusek/Estadão*

O Congresso entra agora na segunda onda de reformas, depois da aprovação da Previdência. O que tem condições de avançar primeiro?

A reforma administrativa e a proposta dos gatilhos para controlar as despesas públicas são as que têm um cenário de mais clareza. Enquanto tentamos, com a reforma tributária, organizar a comissão mista, sob o comando do presidente (do Senado) Davi Alcolumbre (DEM-AP), para ter um texto de consenso nas duas Casas. Até o fim do ano, vamos trabalhar com urgência para a PEC dos gatilhos para que possamos conseguir abrir espaço para investimentos no Orçamento do próximo ano. A reforma administrativa queremos pronta, pelo menos na Câmara, para votar em plenário.

A articulação para a votação das reformas, como a tributária, não pode ficar prejudicada pela crise do PSL.

A crise é do partido. Não vai interferir no nosso trabalho. Vamos continuar trabalhando, A reforma tributária tem um eixo que é muito parecido nas duas Casas. Agora é só fazer ajuste sobre se é um IVA (imposto único sobre consumo que vai ser criado com a fusão dos outros tributos) nacional ou dual. A Câmara, a princípio, tem uma visão e o Senado, outra. Importante é a gente sentar e construir um texto único, já que os governados apresentaram a sua proposta pela primeira vez. A maioria dos prefeitos está a favor. Há algum conflito nos setor de serviços, mas é importante que os empresários participem em vez de refutarem a reforma. Que eles nos ajudem a construir o texto, até porque na previdenciária, eles foram menos atingidos. Os mais atingidos foram os servidores, a classe média e os brasileiros mais simples.

A proximidade das eleições não vai comprometer essa agenda?

Não acho. Temos urgência. Todos se deram conta de que o Orçamento público hoje está muito mais focado nos interesses particulares que foram vitoriosos nos últimos 30 anos no plenário do Congresso. Nada que não seja legítimo. Foi tudo pelo voto. Mas está na hora de reconstruir o Orçamento e modernizar o Estado e garantir a eficiência do setor público e segurança jurídica para o setor público voltar a investir. E, com essas reformas, garantir o crescimento.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 22/10/2019*

## **FGTS E 13º DO BOLSA FAMÍLIA VÃO INJETAR R\$ 14,5 BI PARA O NATAL**

Novo calendário anunciado pela Caixa adiantou, de março para dezembro, a data para o saque de até R\$ 500 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

*Por Adriana Fernandes e Fabrício de Castro, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - A liberação de R\$ 12 bilhões com a antecipação do saque de R\$ 500 do FGTS para todos os trabalhadores vai impulsionar o Natal dos brasileiros e ajudar a economia na largada de 2020, na avaliação do secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida.

Além disso, com o pagamento de R\$ 2,5 bilhões do 13.º para os beneficiários do programa Bolsa Família, a injeção adicional de dinheiro sobe para R\$ 14,5 bilhões. O valor vai se somar aos R\$ 30 bilhões do FGTS e do PIS/Pasep cuja liberação já estava prevista para este ano. “Ajuda os brasileiros a ter um Natal melhor”, disse o secretário ao Estado.

Embora a equipe econômica rejeite a ideia de que a liberação dos recursos seja uma medida de estímulo nos moldes do que foi adotado pelos governos anteriores do PT, o secretário reconheceu que o dinheiro extra ajuda a economia brasileira a começar melhor o próximo ano, por reforçar o chamado “carry over” do Produto Interno Bruto (PIB) para 2020. O termo é usado para explicar o efeito estatístico que considera o crescimento que é transferido de um ano para outro. Se há uma melhora no fim do ano, como se espera, o impacto tende a ser levado para o ano seguinte.

Sachsida reforçou a avaliação do governo de que as medidas do FGTS têm um pano de fundo estrutural de longo prazo. Segundo ele, a força motriz do crescimento da economia está mudando, com investimentos privados passando a substituir os aportes governamentais.

Segundo o secretário, a antecipação do FGTS só está sendo possível porque a Caixa conseguiu viabilizar o atendimento aos trabalhadores. Quando a medida foi lançada, havia uma preocupação de que uma demanda muito forte nas agências da Caixa pudesse atrapalhar o pagamento, o que não se verificou.

O secretário informou que, com a antecipação, 81% das contas dos trabalhadores no FGTS serão zeradas ainda este ano. Por enquanto, a previsão de PIB de 2020 está mantida em 2,17%, mas pode subir à medida que o cenário de crescimento ficar mais claro. A estimativa de 2019 (0,85%) pode subir, mas não deve superar 1%.

Quem pode sacar?

O saque de R\$ 500 é o limite para contas ativas (atreladas ao emprego atual) e inativas (de empregos anteriores) do fundo. O saque imediato não tem relação com o saque aniversário, que só começa a ser pago em abril de 2020. Pelo novo cronograma, todos os trabalhadores poderão sacar até R\$ 500 por conta neste ano. Antes, a previsão da Caixa era de que os saques imediatos somente seriam finalizados em 6 de março de 2020, quando seriam pagos os valores para quem faz aniversário em dezembro.

A projeção do governo era de que os saques do FGTS injetassem R\$ 40 bilhões na economia até 2020 (R\$ 28 bilhões em 2019 e R\$ 12 bilhões no próximo ano).

Ao anunciar a antecipação, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães deixou claro que a medida não foi solicitação do ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, o adiantamento foi consequência direta do uso da tecnologia e do bom andamento das liberações anteriores.

Em 40 dias, segundo o banco, já foram liberados R\$ 15,4 bilhões para cerca de 37,3 milhões de trabalhadores.

Para quem possui conta de poupança na Caixa, os valores foram depositados automaticamente. Quem não tem conta no banco estatal pode sacar pelos canais de atendimento da Caixa (lotéricas, agências, caixas de autoatendimento e correspondentes bancários). Apesar da mudança na data de início das liberações, o prazo limite para que o trabalhador faça o saque continua sendo 31 de março de 2020.

Efeito

Como os saques estarão disponíveis no período que compreende duas grandes datas para o comércio, a Black Friday e o Natal, as associações do varejo já projetam melhora nas vendas. A Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que prevê alta de 2% em relação a 2018, acredita que o percentual será maior. “Todo dinheiro extra ajuda nas vendas, mesmo que em um primeiro momento vá para pagar dívidas, porque as pessoas pagam as dívidas também para voltar a consumir”, diz Marcel Solimeo, economista da instituição.

“Apesar de o Dieese ainda não ter soltado as projeções, estimamos que o 13º salário deste ano deva injetar entre R\$ 230 e 240 bilhões na economia”, diz Altamiro Carvalho, o assessor econômico da Fecomercio SP. “Esses R\$ 40 bilhões (do FGTS) representam um aumento de liquidez e é um valor bastante impactante sobre consumo.”

Para o diretor de relações institucionais da Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop), Luis Augusto Ildefonso, a injeção de dinheiro deve ser um pequeno alívio para o consumidor, que segue sem confiança, em função da lenta recuperação da economia. “É um alento, não uma injeção de otimismo.” / COLABORARAM TALITA NASCIMENTO E ÉRIKA MOTODA

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 22/10/2019



## **VALOR ECONÔMICO (SP)**

### **MAIA DIZ QUE PEC DA REGRA DE OURO SERÁ PRIORIDADE E DEVE COMEÇAR PELO SENADO**

Segundo deputado, reforma administrativa deve chegar na próxima semana

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria gatilhos para conter o crescimento das despesas é mais urgente que a reforma tributária e deve ser aprovada ainda neste ano. Ele se encontrou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tentar alinhar o andamento da agenda econômica pós-Previdência.

“O Orçamento do próximo ano está projetando uma capacidade de investimento entre emendas e orçamento livre de R\$ 35 bilhões. Se a gente pudesse ampliar esse espaço para algo em torno de R\$ 50 bilhões ou R\$ 60 bilhões seria relevante”, disse.

Como já havia sido combinado entre o Legislativo e a equipe econômica, essa proposta deve começar a tramitar pelo Senado. O entendimento é que o tema está englobado no pacto federativo. Segundo Maia, no entanto, deputados continuarão discutindo proposta semelhante já em andamento na Câmara, de autoria do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ).

“A prioridade é o texto que será aprovado no Senado, e a gente vai avançando na PEC do Pedro Paulo, aprovando admissibilidade, criando comissão especial, para quando o Senado aprovar, já estarmos prontos para votar também na Câmara”, disse.

Maia afirmou que Câmara e Senado trabalharão em conjunto para dar andamento também à reforma tributária (ver matéria nesta página). Nesse caso, em que há um texto na Câmara e outro no Senado, disse que está mantida a proposta de se criar uma comissão mista para discutir o tema. Depois de congressistas chegarem a um consenso, o texto tramitaria nas duas Casas.

Em relação à reforma administrativa, o deputado disse esperar que o texto chegue na próxima semana à Câmara, após o retorno do presidente Jair Bolsonaro ao Brasil, e que estuda uma forma de acelerar sua tramitação.

De acordo com Maia, seria possível aproveitar uma PEC já em andamento na Câmara para pular uma etapa de tramitação. “Temos PECs que já passaram na Comissão de Constituição e Justiça que tratam do tema administrativo e podem servir de instrumento para acelerar o processo. Essa é decisão que vou tomar com os líderes nos próximos dias.”

As PECs são discutidas primeiramente na CCJ, onde é feita uma análise sobre admissibilidade e, depois, seguem para discussão do mérito em comissão especial. Maia afirmou que a Câmara pode

optar por um texto diferente do encaminhado pelo governo se não houver “constrangimento ou vaidade” do Executivo.

Em meio a uma disputa pelo protagonismo nas pautas econômicas, a ordem em que serão analisados esses projetos e como eles serão divididos entre as Casas têm sido tema de conversas entre Guedes e os presidentes das casas legislativas nas últimas semanas. Ontem, Guedes recebeu Maia pela manhã e Alcolumbre pela tarde. O presidente do Senado não falou com a imprensa.

Sobre a crise no PSL, Maia disse que a disputa pela liderança não atrapalhará o andamento da agenda econômica na Câmara. Segundo ele, há apoio majoritário dos deputados à modernização do Estado, “independentemente de o governo ter base ou não”.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 22/10/2019*

## **INDEFINIÇÃO DO GOVERNO TRAVA REFORMA TRIBUTÁRIA**

Falta de clareza do governo sobre reforma tributária suscita dúvidas sobre viabilidade de aprovação de proposta no Congresso

*Por Malu Delgado — De São Paulo*

A demora do governo federal em se posicionar com clareza sobre a reforma tributária amplia o descrédito no Congresso sobre a real intenção do Executivo em investir no debate sobre mudanças do sistema tributário. Os relatores das propostas de emenda constitucional (as PECs 45 e 110) que tramitam na Câmara e no Senado, simultaneamente, tentam manter o otimismo e aguardam um entendimento político com o Ministério da Economia para que o debate não seja enterrado e não se perca o timing político para as discussões avançarem no Congresso.

O temor dos parlamentares envolvidos no debate é que, se o assunto for deixado em segundo plano pelo Executivo, a reforma tributária poderá ser enterrada de vez, já que em 2020 as disputas eleitorais nos municípios encurtarão o funcionamento do Congresso.

“O governo não diz o que quer. Ninguém vai conseguir votar reforma tributária sem a participação do governo. Isso não existe. O governo federal tem que dizer o que deseja, o que acha”, afirmou ao Valor o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), relator da PEC 110. Ele diz não acreditar que a reforma tenha deixado de ser prioridade. “Achar que a reforma tributária não é prioridade é algo impensável; pode até não votar por falta de acordo, como ocorreu nos últimos 40 anos. Agora, deixar de votar porque não é prioridade, eu nunca vi isso.”

“Estivemos com o ministro [Paulo] Guedes e achamos que a coisa vai andar. Há um espírito colaborativo e o importante é que as duas Casas estão unidas”, afirmou ao Valor o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Segundo o parlamentar, que é relator da PEC 45 na Câmara, se o governo federal enviar as diretrizes de reforma, o debate avança. “Se eles mandarem, caminha”, diz.

Ontem os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), estiveram com o ministro Paulo Guedes para definir as prioridades de agenda após a aprovação da reforma da Previdência, que deve ocorrer hoje. Maia disse que na próxima semana Guedes enviará a reforma administrativa ao Congresso. Na semana passada, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, deixou claro que a reforma tributária não sairá rapidamente e que o debate sobre a reforma administrativa está mais avançado.

Por intermédio da assessoria de imprensa, o Ministério da Economia informou que ainda não há data oficial para envio de uma proposta tributária ao Congresso.

Maia tem insistido na convocação de uma comissão mista para afunilar as convergências entre as PECs das duas Casas. Aguinaldo Ribeiro e Roberto Rocha asseguram que há, hoje, mais consensos do que divergências em relação às duas propostas. Para ambos, a criação de uma comissão mista seria um gesto político, mas será preciso definir um texto único, com aval do Executivo, e se a tramitação começaria na Câmara ou no Senado.

“Comissão mista não existe no mundo jurídico, não tem respaldo legal, porque para a votação de PEC há um rito próprio, tanto na Câmara quanto no Senado. Teria mais efeito político. Temos que concluir um texto que vai ter que tramitar ou em uma Casa ou na outra”, explica o senador Rocha.

Para o economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), que tem auxiliado nos debates técnicos da PEC 45, os deputados estão empenhados em “construir uma proposta tecnicamente consistente”. Appy preferiu não opinar sobre os riscos de o debate sobre a reforma naufragar. “Isso é uma questão essencialmente política, e não técnica.” Ele pondera que o debate nas consultorias técnicas do Congresso tem avançado, o que demonstra que o ímpeto de fazer a reforma não foi deixado de lado. “Mas obviamente é um assunto complexo”, reconhece.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 22/10/2019*

## **MEDIDA REFORÇA PAPEL DO BANCO COMO BRAÇO DA POLÍTICA ECONÔMICA**

Antecipação do calendário vai acelerar o impulso que medida buscava dar para a economia

*Por Fabio Graner — De Brasília*

A antecipação do calendário de pagamento do “saque-imediato” do FGTS anunciada ontem pela Caixa Econômica Federal vai acelerar o impulso que a medida buscava dar para a economia. Com o último grupo de pagamentos a uma semana do Natal, liberando todos os R\$ 40 bilhões prometidos, o governo reforça as vendas do comércio no fim do ano, que já têm a contribuição do 13º salário, e favorece um quadro de crescimento maior do Produto Interno Bruto (PIB) para o último trimestre deste ano e começo de 2020.

A mudança do calendário de pagamentos também sinaliza um reforço no papel do banco público como braço de política econômica, em um ambiente no qual o governo tem poucos instrumentos. Vale lembrar que a instituição financeira federal também já se antecipou aos efeitos da flexibilização da política monetária promovendo reduções de juros em linhas de crédito para pessoa física, inclusive para o setor imobiliário, que tem maior poder de geração de emprego e renda.

Obviamente, o governo não vai admitir isso, até porque o discurso é de autonomia e de fortalecimento das instituições. Mas as práticas são mais relevantes e, nesse caso, a Caixa está se destacando como agente do governo para contribuir um pouco para o crescimento do país e também para o ajuste fiscal, com maior repasse de dividendos e devolução de recursos ao Tesouro Nacional - como os instrumentos híbridos de capital e dívida.

Para o ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), Manoel Pires, o movimento do FGTS feito pela Caixa ao lado de outras medidas de demanda em curso, como a queda dos juros básicos pelo Banco Central, a divisão de recursos do petróleo com Estados e municípios e a renegociação de dívidas tributárias (que ele chamou de novo “Refis”), reforçam um quadro de aceleração da atividade econômica no curto prazo.

“Isso deve ter um efeito positivo em termos de expectativas de consumidores e empresários”, comentou. “A questão que se coloca é se esses efeitos estabelecerão um novo ritmo na economia ou terão impacto de curta duração, como ocorreu no fim de 2017”, ponderou Pires.

O economista ressalta que a queda na taxa básica de juros vem sendo antecipada pelo mercado financeiro, que já derrubou as taxas futuras negociadas nos últimos meses. Esse movimento, explica, reforça os impactos da flexibilização promovida pelo Banco Central e antecipa o seu efeito no nível de atividade.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 22/10/2019*

## **PARA TESOURO, SERGIPE É ESTADO COM DADOS MAIS CONSISTENTES**

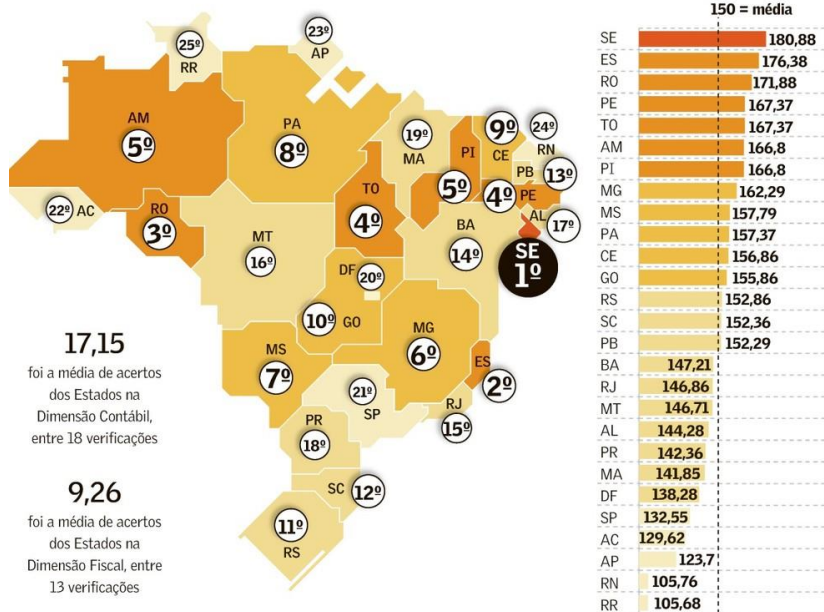
Pesquisa mede igualdade de informações fiscais e contábeis do ente, e não se cálculo está correto

*Por Marta Watanabe — De São Paulo*



## Sergipe na liderança

Ranking de qualidade de informações contábeis e fiscais

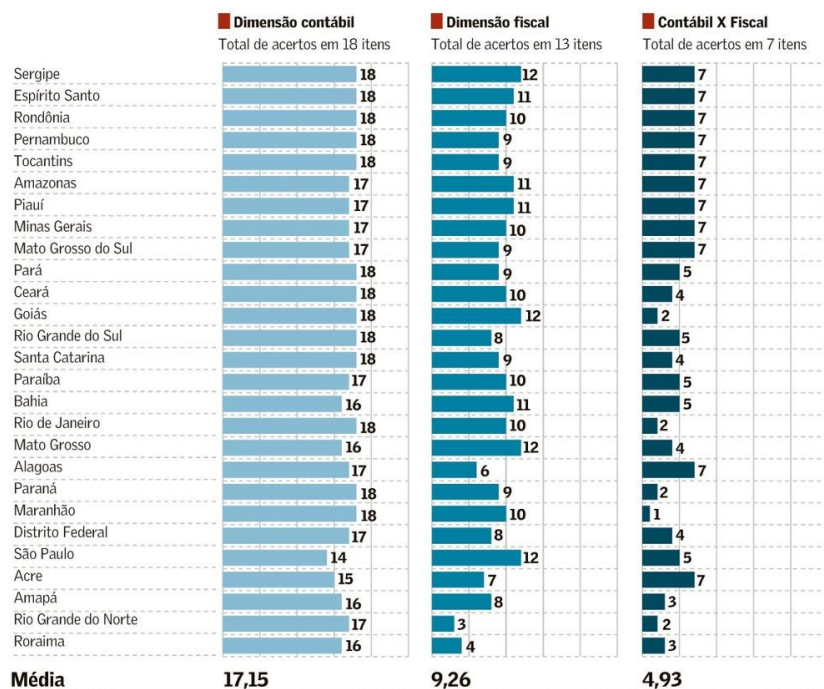


17,15

foi a média de acertos dos Estados na Dimensão Contábil, entre 18 verificações

9,26

foi a média de acertos dos Estados na Dimensão Fiscal, entre 13 verificações



[https://s2.glbimg.com/CloCu1p-m4hDrcSahkCa3KVkgPc=/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2019/i/I/0t6sapQtaztA8ibq2RHw/arte22bra-101-estados-a6.jpg](https://s2.glbimg.com/CloCu1p-m4hDrcSahkCa3KVkgPc=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/i/I/0t6sapQtaztA8ibq2RHw/arte22bra-101-estados-a6.jpg)

Sergipe, Espírito Santo, Rondônia, Pernambuco e Tocantins estão entre os Estados com melhor classificação no ranking em que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) mediu a consistência das informações contábeis e fiscais das 27 unidades da federação. O último colocado foi Roraima, precedido por Rio Grande do Norte, Amapá, Acre e São Paulo.

Trata-se da primeira classificação elaborada pelo Tesouro Nacional para verificar acertos e dados inconsistentes entre os documentos fiscais e contábeis fornecidos pelos próprios entes ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). O levantamento faz parte de um amplo programa para harmonizar e melhorar a qualidade das informações apresentadas pelos Estados. Nessa primeira análise foi verificada a igualdade de valores entre diferentes relatórios. Foram consideradas três dimensões. A primeira foi a dimensão contábil. A segunda, a fiscal. Na terceira dimensão foram comparados dados contábeis e fiscais. Os dados se referem a 2018 e foram retirados do Siconfi em 12 de junho deste ano.

Pela pontuação usada para classificar os Estados, Sergipe, em primeiro lugar, ficou com 180,88 pontos. Roraima ficou com 105,68 pontos. A média dos Estados foi de 150 pontos.

Eric Gonçalves, auditor de finanças e controle, explica que a pontuação pela qual os Estados foram classificados considerou o somatório das notas obtidas em cada uma das dimensões analisadas, levando-se em conta a média de acertos e o desvio-padrão. Essa forma de classificação foi adotada, explica ele, porque tornará possível fazer a comparação com novas análises que o Tesouro deve fazer, mesmo que o número de verificações mude.

A ideia é que novas verificações, mais complexas, sejam incluídas no relatório com o decorrer do tempo, diz Gildenora Milhomem, subsecretária de contabilidade pública do Tesouro Nacional. A intenção também é fazer com que a avaliação passe a ser on-line, o que deve incentivar os Estados a uma disputa pelas melhores posições no ranking de qualidade da informação.

O levantamento, explica a subsecretária, é mais um passo na direção da harmonização de conceitos contábeis e fiscais nos relatórios. “Queremos melhorar a qualidade da informação na prestação de contas dos Estados.”

O Tesouro fez um total de 38 verificações de dados, sendo 18 na dimensão contábil, 13 na dimensão fiscal e sete cruzando dados contábeis e fiscais. Foram analisados os relatórios e demonstrativos relativos a 2018. Sergipe, que ficou em primeiro lugar no ranking, teve 37 acertos e só uma inconsistência. Em último lugar, Roraima teve 23 acertos. Houve dois casos de empate: entre Pernambuco e Tocantins e entre Amazonas e Piauí.

Considerando todos os Estados, as inconsistências foram mais recorrentes nas verificações que envolveram dados de relatórios fiscais. Leandro Souto, chefe do núcleo de informações contábeis e fiscais da federação no Tesouro, diz que isso não acontece por acaso.

Os relatórios fiscais contemplam dados e cálculos relacionados a indicadores definidos pela Lei de Responsabilidade (LRF). Entre eles, o limite de endividamento e o teto para despesas de pessoal, indicadores importantes na definição do espaço fiscal disponível para financiamentos e que podem comprometer as transferências de recursos da União. “Os relatórios fiscais são mais complexos, com dados mais sujeitos a interpretações e também a questões políticas”, diz Souto.

Nas 18 verificações da dimensão contábil, a média de acertos foi de 17,15. Nas 13 verificações da dimensão fiscal, a média foi relativamente menor, de 9,26. Quatro Estados tiveram 12 acertos nessa dimensão: Sergipe, Goiás, Mato Grosso e São Paulo. Nas sete verificações que cruzaram dados das dimensões contábeis e fiscais, a média de acertos foi de 4,93.

Renato Pucci, coordenador de normas de contabilidade aplicadas à federação, diz que o levantamento não fez a recomposição dos cálculos apresentados pelos Estados, o que deve ser feito em outras análises do Tesouro. O objetivo do ranking de qualidade de informação, explica ele, foi verificar se determinada receita ou despesa, por exemplo, aparece com o mesmo número nos vários documentos contábeis e fiscais apresentados pelos entes.

Quando alguém verifica que uma determinada despesa é de 10 num relatório e em outro documento do Estado, destaca Souto, essa mesma despesa é de 15, a pessoa se pergunta se o valor é 10 ou 15 e não acredita em nenhum dos dois números.

No caso dos dados fiscais, foram analisados dois documentos. Um deles foi o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), que é bimestral e inclui dados como o balanço orçamentário e o resultado de relatório primário. O outro foi o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), no qual os Estados apresentam o cumprimento dos indicadores. Os dois relatórios apresentam dados em comum, como a Receita Corrente Líquida (RCL). Essa receita é importante porque é em relação a ela que são medidos o teto de despesas com pessoal e também o nível da dívida consolidada dos Estados. Uma das inconsistências encontradas no levantamento, explica Souto, foi no valor da RCL, que em alguns casos havia diferenças nos dois relatórios analisados. Nesse caso, o que se detectou é que muitas vezes o RREO e o RGF são feitos por equipes diferentes, diz Gildenora.

Mas existem em alguns casos também inconsistências dentro do mesmo relatório, diz Souto. Das verificações fiscais, o item no qual houve erro da maior parte dos Estados foi um que comparou o dado de despesas declaradas em anexos diferentes do mesmo relatório. Em 24 dos 27 entes federados, as despesas orçamentárias declaradas no anexo do balanço orçamentário não batiam com as declaradas no anexo das despesas por função ou subfunção ou com os anexos de resultado primário ou nominal. Esses anexos fazem parte do mesmo relatório, o RREO, de execuções orçamentárias.

No confronto entre os dados contábeis e fiscais, as verificações com maior número de inconsistências foram as que envolveram as contas de restos a pagar. O Tesouro verificou se os valores declarados num dos anexos da Declaração de Contas Anuais (DCA) correspondiam aos informados no demonstrativo de restos a pagar por órgão e por poder do relatório de execuções orçamentárias. Quando se comparou os restos a pagar processados e não processados, exceto valores intraorçamentários, 16 entes apresentaram inconsistências.

## Contexto

O “Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal estadual” feito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) verificou a igualdade de informações entre diferentes demonstrativos ou relatórios apresentados pelos próprios Estados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). O Tesouro verificou dados nas dimensões contábil, fiscal e também analisou a igualdade entre dados contábeis e fiscais.

Na dimensão contábil foram verificados os dados da Declaração de Contas Anuais (DCA). Os Estados precisam entregar esse documento referente a um exercício até 31 de maio do ano seguinte. A DCA contém, entre outras informações, o balanço patrimonial, as receitas e despesas orçamentárias e a execução de restos a pagar por natureza ou função.

Na dimensão fiscal foram analisados dois relatórios. Um deles foi o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO). Esse documento tem periodicidade bimestral. Os Estados devem publicar o relatório até 30 dias após o encerramento de cada bimestre. O Tesouro verificou as informações do sexto bimestre de 2018. Entre os demonstrativos que compõem o relatório, estão o da Receita Corrente Líquida (RCL) e o de resultado primário e nominal. Alguns demonstrativos são exigidos somente no último bimestre do ano, como o de receitas e operações de crédito e despesas de capital e o de projeção atuarial do regime previdenciário. Outro relatório da dimensão fiscal verificado foi o Relatório de Gestão Fiscal (RGF). O documento tem periodicidade quadrimestral e deve ser publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre. O Tesouro verificou dados do terceiro quadrimestre de 2018. Entre os demonstrativos que compõem esse relatório, estão o de despesa de pessoal e o da dívida consolidada. No caso dos Estados, o relatório traz dados dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 22/10/2019*

## TCU RELEVA FALHAS NO PRÉ-SAL PARA EVITAR CRISE

Parecer cita quadro fiscal nos Estados para justificar aval a novo contrato da cessão onerosa

*Por Murillo Camarotto — De Brasília*

O Tribunal de Contas da União (TCU) passou por cima de uma série de falhas detectadas na revisão do contrato de cessão onerosa para evitar que uma eventual frustração do leilão prejudicasse a situação fiscal do país. Em novo relatório obtido pelo Valor, técnicos do órgão argumentam que as perdas de um cancelamento do certame não compensariam os potenciais ganhos resultantes dos ajustes que seriam necessários.

“O presente caso configura-se situação diferenciada e não se considera oportuna a adoção de medidas que resultem em atraso na assinatura da revisão do contrato de cessão onerosa e/ou no leilão dos excedentes por diversas razões”, afirma o documento.

Entre as principais alegações, está a “grave situação” financeira de Estados e municípios, que receberão 30% dos R\$ 106 bilhões previstos apenas com os bônus de assinatura. O relatório também cita “a urgente necessidade de investimentos e da ampliação da atividade econômica, para a geração de emprego e renda”.

Semana passada, o plenário do TCU deu aval à realização do leilão dos excedentes da cessão onerosa, do qual se espera uma arrecadação de R\$ 628 bilhões para os cofres públicos em 35 anos. Amanhã, os ministros votam a revisão do contrato de cessão onerosa, em análise desde 2015. A tendência é de aprovação com ressalvas, seguindo recomendação da área técnica e do Ministério Público de Contas.

O parecer técnico aponta falhas graves na escolha dos parâmetros usados para o cálculo do valor final da revisão do contrato. Após mais de cinco anos de negociações, ficou definido que a União pagará US\$ 9 bilhões à Petrobras. O montante se refere à atualização dos R\$ 75 bilhões pagos pela estatal em 2010 pelo direito de explorar 5 bilhões de barris na área da cessão onerosa.

Por causa das discrepâncias entre os parâmetros adotados pela Petrobras e pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), a definição do valor final da revisão se alongou por anos, mostrando valores completamente diferentes do que foi acordado ao final.

No início das discussões, a certificadora contratada pela Petrobras avaliou em US\$ 37 bilhões o valor que a estatal teria a receber. Já a empresa contratada pela ANP entendia que a União deveria ser ressarcida em US\$ 38 bilhões. Essas diferenças, segundo o TCU, foram causadas pelas falhas nos parâmetros econômicos e resultaram em um grande atraso no fechamento do acordo.

“O processo de revisão do contrato de cessão onerosa foi excessivamente lento para o alinhamento das premissas necessárias, levando à elaboração de laudos técnicos acentuatadamente divergentes em determinadas questões, o que prejudicou sua comparabilidade, e onerou, em demasia, o processo decisório dos gestores”, diz o relatório.

Os auditores também apontaram uma inconsistência no cálculo dos custos estimados de produção nos quatro campos que vão a leilão. Foi identificada, por exemplo, uma superestimativa de US\$ 1,6 bilhão somente nos custos com as plataformas de exploração que vão operar no campo de Búzios, o maior e mais importante da cessão onerosa.

O Ministério da Economia calcula que a não realização do leilão acarretaria em um prejuízo de US\$ 5,4 bilhões por ano ao governo. Por causa disso, a apresentação de questionamentos mais severos, com conseqüente suspensão do certame, poderia tornar os ajustes desvantajosos.

“De sorte que, considerado também o ganho financeiro que a competitividade proporcionará ao leilão, não se vislumbra ajuste (ante os dados apresentados) possível na revisão do contrato de cessão onerosa que possa suplantar as perdas da não realização do leilão ou de eventual prejuízo à competitividade do certame”, diz o parecer.

Além da situação fiscal de Estados e municípios e da necessidade de investimentos, o tribunal cita no relatório técnico a conjuntura internacional favorável para a oferta de áreas para exploração e produção de petróleo, “que torna o Brasil o foco da atenção dos grandes players mundiais do setor, o que garante elevada atratividade ao leilão”.

*Fonte: Valor Econômico - SP  
Data : 22/10/2019*

## **COFCO QUER INVESTIR EM QUATRO PLANTAS DE AÇÚCAR NO BRASIL, DIZ MINISTÉRIO**

*Por Camila Souza Ramos — São Paulo*

O Ministério da Agricultura informou, em nota, que o presidente da estatal chinesa Cofco, Jun Lyu, em reunião com a ministra Tereza Cristina, disse que a companhia pretende investir em quatro plantas de açúcar no Brasil.

A Cofco vem demonstrando interesse em crescer no setor sucroalcooleiro no país nos últimos anos através de aquisições de ativos, mas nenhum negócio foi concluído até o momento. O ministério não deu mais detalhes sobre os planos da companhia chinesa, que já possui quatro usinas sucroalcooleiras no Centro-Sul brasileiro.

Ainda segundo o ministério, ficou acordado a criação de um grupo de trabalho para debater uma política sobre o comércio de açúcar e etanol entre os dois países.

A ministra Tereza Cristina está em visita à China. Ela chegou ao país antes do presidente Jair Bolsonaro, que afirmou à imprensa na semana passada que a ministra faria um anúncio na área agrícola durante a viagem.

Tereza negocia a ampliação da pauta exportadora agrícola ao país asiático, com a inclusão de caroço de algodão, proteína concentrada de soja, material genético avícola, melão, uva e miúdos suínos. Ela também propôs que os chineses invistam em projetos de logística no Brasil, como ferrovias e portos, principal gargalo para o escoamento da produção agropecuária nacional.

O presidente da Cofco, por sua vez, confirmou que estará no Brasil em novembro, junto com a comitiva do presidente chinês, Xi Jinping, para a Cúpula do Brics.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 22/10/2019

## **CORTE EM TARIFAS DE IMPORTAÇÃO É HIPÓTESE PARA FINS DE DISCUSSÃO, DIZ TROYJO**

Em mensagem enviada a interlocutores do setor privado, o secretário de Comércio Exterior reforçou que eventuais mudanças serão precedidas de debates com setores e sobre os rumos do Mercosul

Por Daniel Rittner, Valor — Brasília

Em mensagem encaminhada hoje a interlocutores no setor privado e nos meios políticos, o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Marcos Troyjo, prometeu “debate” com empresários antes de um corte unilateral da Tarifa Externa Comum (TEC) e disse que as alíquotas a que o Valor teve acesso, conforme reportagem publicada nesta terça-feira, refletem apenas “material apresentado para fins meramente de discussão num dos grupos do Mercosul”.

A mensagem de Troyjo foi disparada, nesta manhã, como contraponto à informação de que uma proposta encaminhada pelo Brasil aos demais sócios do bloco comercial prevê redução de 13,6% para 6,4% das tarifas de importação. Segundo ele, embora seja determinação do governo “abrir e integrar a economia brasileira à mundial”, os títulos usados pelo Valor “não correspondem aos fatos”.



[https://s2.glbimg.com/3LV5gIK2Defbu4Es7HxPhAS9lkk=/Ox0:755x457/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2019/z/c/xw8U3fQPW6qkPepQaEOw/foto02bra-121-dfacor-a4.jpg](https://s2.glbimg.com/3LV5gIK2Defbu4Es7HxPhAS9lkk=/Ox0:755x457/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/z/c/xw8U3fQPW6qkPepQaEOw/foto02bra-121-dfacor-a4.jpg)

O secretário de Comércio Exterior, Marcos Troyjo, reforçou que a discussão sobre mudanças nas alíquotas é preliminar — Foto: Sílvia Zamboni/Valor

Homem de confiança do ministro Paulo Guedes para a política comercial, Troyjo tratou o documento submetido aos países do Mercosul como “hipótese metodológica (dentre várias outras)” e argumentou que os grupos de discussão em funcionamento no bloco “estão em fase preliminar de debate (processo que ainda vai envolver muitos outros atores)”.

“Qualquer redução tarifária a ser adotada levará em conta os seguintes parâmetros: hipóteses serão precedidas de debate com diferentes setores da economia brasileira; discussão sobre os rumos do Mercosul; debate e aprovação no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (Camex) de quaisquer propostas a serem apresentadas oficialmente pelo Brasil; caráter gradual e compatível com acordos internacionais de que o Mercosul e/ou o Brasil faz parte; coordenação com medidas de política econômica que ajudem a harmonizar as condições de competição brasileira em relação a congêneres internacionais”, disse o secretário especial na mensagem.

### **Reações**

Entidades setoriais que representam a indústria nacional criticaram a hipótese de uma redução unilateral nas tarifas de importação. Para a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), a mudança teria impacto “desastroso”. Segundo a entidade, a incerteza gerada por esse tipo de notícia inibe investimentos e a geração de empregos que ajudariam a economia a sair mais rapidamente da recessão. No setor têxtil, a alíquota cairia de 35% para 12%.

A indústria siderúrgica vê uma “defasagem” entre o que é colocado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário de Comércio. “O ministro defende a abertura econômica, mas reconhece que isso tem que ser feito de maneira gradual de forma a corrigir as assimetrias que existem no mercado



brasileiro. E isso não acontece na secretaria de Comércio Exterior”, o presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABR), Marco Polo de Mello Lopes.

Segundo ele, no caso do setor siderúrgicos essa medida de abertura econômica é ainda mais prejudicial, pois, há no mundo uma onda protecionista em razão do excesso de capacidade na produção mundial de aço, principalmente na China. “Sofremos ainda com a guerra comercial entre Estados Unidos e China e a América Latina é a única região que não tem medidas para proteger a indústria siderúrgica local”

"A abertura comercial pode ser benéfica, desde que se resolva essas assimetrias que tiram a competitividade”, afirmou o dirigente.

Mello Lopes questionou, ainda, o tratamento diferenciado dado ao agronegócio brasileiro. Segundo ele, 50% do faturamento do setor siderúrgico são gastos com o pagamento de impostos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 22/10/2019

# portosenavios

## PORTAL PORTOS E NAVIOS

### PPSA BUSCA CONTRATAR PETROBRAS PARA COMERCIALIZAR PETRÓLEO DA UNIÃO, DIZ PRESIDENTE

Redação OFFSHORE 22/10/2019 - 17:50



<https://cdn-statics.portosenavios.com.br/images/191015-plataforma-apoio-offshore-ed705.jpg>

A estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) está em negociações avançadas para contratar a Petrobras como agente comercializador da produção do pré-sal que pertence à União e tem a expectativa de fechar um acordo até o fim deste ano, disse à Reuters o presidente da companhia, José Eduardo Gerk.

A empresa, que representa a União nos contratos de partilha de produção, já havia

tentado no passado fechar um contrato com a petroleira estatal, mas as conversas não prosperaram.

O petróleo da União é aquele produzido por empresas que ofertaram o produto em leilões do pré-sal, inclusive a própria Petrobras —em tais certames, ganha a disputa quem faz a maior oferta de óleo ao Estado.

“Desde que eu estou aqui, o andamento das negociações... com a Petrobras tem avançado, e a gente espera até que consiga chegar a um bom termo até o fim do ano”, afirmou ele, em uma entrevista na segunda-feira em seu escritório, na sede da companhia, no Rio de Janeiro.

Gerk, que assumiu o posto em abril deste ano, evitou fazer comentários sobre o que deu errado na tentativa anterior de colocar a Petrobras como o agente comercializador do petróleo da União.

No ano passado, a PPSA comercializou volumes de petróleo por meio de venda spot e em leilão, fechando contratos que atualmente são suficientes para os próximos dois ou três anos. Mas, daqui em diante, a contratação direta da petroleira estatal para fazer a comercialização é vista como a melhor opção, embora novos leilões não estejam descartados.

Uma resposta positiva da petroleira atualmente, segundo Gerk, poderá vir diante das perspectivas de volumes significativos de petróleo a que a União terá direito no futuro.



Procurada, a Petrobras preferiu não comentar o assunto.

Um estudo publicado pela PPSA, no ano passado, previa que a parcela de produção da União nos 14 contratos de partilha firmados até agora deveria atingir 250 mil barris de petróleo por dia (bpd) em 2028, contra os poucos milhares de barris diários atualmente.

A estimativa da parcela de petróleo da União no futuro deverá ser revista após os leilões do pré-sal marcados para novembro. Gerk adiantou que estudos preliminares indicam a possibilidade desse volume dobrar, para 500 mil bpd.

“Imagina, uma empresa de 500 mil barris por dia hoje é uma empresa de grande porte”, pontuou Gerk.

Grande parte da expectativa com o aumento da estimativa atual está no megaleilão que irá licitar em 6 de novembro os volumes excedentes da cessão onerosa, no pré-sal da Bacia de Santos, que poderá levantar cerca de 106 bilhões de reais para a União em bônus de assinatura fixos, caso todas as quatro áreas sejam negociadas.

Nessa rodada, os ativos que serão ofertados já têm declaração de comercialidade e um deles, o campo de Búzios, já está em produção, com grandes perspectivas.

Uma outra licitação, a 6ª Rodada de Partilha do pré-sal, está programada para 7 de novembro, com outras promissoras áreas em oferta.

#### ORÇAMENTO E FUNCIONÁRIOS

O avanço da produção no pré-sal também deverá determinar o ritmo de crescimento e contratações na PPSA.

Gerk explicou que atualmente a empresa conta com 44 funcionários e que está preparando um plano de cargos e salários para ser aprovado pelo Ministério da Economia no primeiro semestre do ano que vem.

Após a aprovação, a ideia é preparar um concurso público para o fim de 2020 para o ingresso de funcionários em 2021. O plano inicial é a contratação de cerca de 50 concursados, mas o número poderá crescer, dependendo da velocidade do desenvolvimento de campos do pré-sal.

O executivo comentou ainda notícias recentes de que o governo estaria devendo recursos à PPSA, o que poderia estar prejudicando as atividades da empresa.

Questionado, o presidente da estatal explicou que a questão já está solucionada e que o governo irá pagar os cerca de 109 milhões de reais devidos, referentes a recursos da 4ª e 5ª Rodadas do pré-sal, entre este ano e o próximo. Também afirmou que o caixa da PPSA está confortável para as atividades em curso.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ  
Data: 22/10/2019*

#### **EQUINOR ESTUDA INFRAESTRUTURA PARA GÁS NO BRASIL; VÊ BÔNUS DE MEGALEILÃO COMO "ALTO"**

*Redação ECONOMIA 22/10/2019 - 17:46*

A petroleira norueguesa Equinor está estudando locais no litoral brasileiro para instalar nova infraestrutura de gás natural, em um processo desafiador que pode sinalizar caminhos para a indústria que busca ampliar a produção da commodity no Brasil, disse a presidente da empresa no país à Reuters.

Isso acontece enquanto a companhia se prepara para colocar em operação campos marítimos com grande quantidade de gás nos próximos anos, ao mesmo tempo em que volta suas atenções para o megaleilão de novembro no pré-sal, cujo bônus foi avaliado como “muito alto”.

Em entrevista na segunda-feira, Margareth Øvrum disse ainda que a descoberta de gás e condensado chamada Pão de Açúcar, da Equinor, poderá iniciar produção em meados da década de 2020, tornando-se provavelmente o primeiro grande campo marítimo focado em gás a entrar em operação no Brasil sob a operação de uma petroleira estrangeira.

Por isso, outras empresas estarão assistindo de perto a experiência da Equinor, uma vez que a infraestrutura de escoamento de gás de campos marítimos é mais complexa que a de petróleo, devido à dificuldade de manipular o insumo. Até hoje, apenas a Petrobras conduziu iniciativas desse tipo no Brasil.

“Estamos avaliando diferentes oportunidades para levar o gás à costa”, disse Øvrum à Reuters, no escritório da empresa com vista para a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, evitando dar sinais mais claros sobre as soluções que poderão ser escolhidas.

“Devemos ampliar um terminal? Construimos um novo? O que faremos sobre os líquidos de gás natural?”, comentou ela.

A empresa está em conversas semelhantes a respeito de seu campo de Carcará, onde a previsão é iniciar a produção da “primeira fase” em 2023 ou na primeira metade de 2024, disse ela.

A empresa, que planeja investimentos de cerca de 15 bilhões de dólares até 2030 no Brasil, ainda não decidiu quando começará a segunda fase, acrescentou, mas isso também pode envolver a construção de infraestrutura de gás natural.

“Estávamos avaliando diferentes oportunidades para conectá-lo a alguns campos próximos. Mas, você sabe, era muito caro, então não daria certo”, disse ela sobre a primeira fase de Carcará, que irá reinjetar todo o gás.

## LEILÃO CARO

Maior produtor de óleo e gás da América Latina, o país acelerou o desenvolvimento de sua prolífica região do pré-sal, nas bacias de Campos e Santos.

Muitos dos ativos da região têm quantidades significativas de gás, mas o consumo é baixo entre os brasileiros e o país possui poucos dutos e terminais para facilitar o aproveitamento das reservas.

Como resultado, as empresas optaram amplamente por “reinjetar” o gás nos poços, em um processo que aumenta a produção de petróleo.

Mas isso só funcionará por um determinado tempo. Alguns campos entrando em operação no pré-sal têm muito gás para reinjetar.

O governo lançou neste ano programa chamado Novo Mercado de Gás, que tem como objetivo reduzir a presença da Petrobras e fomentar investimentos no segmento. A expectativa é que investidores construam gasodutos, plantas de tratamento de gás, dentre outras infraestruturas.

Dois grandes leilões marcados para o início de novembro, de áreas muito promissoras, provavelmente aumentarão o dilema.

A Equinor é uma das 14 empresas inscritas para o megaleilão do governo que irá ofertar volumes excedentes do contrato da chamada cessão onerosa, em 6 de novembro, quando o governo espera arrecadar cerca de 106 bilhões de reais em bônus de assinatura, com a negociação de quatro ativos.

Embora os blocos em oferta sejam considerados únicos, uma vez que a Petrobras já realizou trabalhos exploratórios na região, algumas grandes empresas de petróleo levantaram sinais de alerta sobre os preços dos ativos.

Øvrum disse que a Equinor está estudando a lucratividade potencial das áreas, acrescentando que o Brasil compete com outras oportunidades de ativos no mundo.

“Obviamente, é um bônus de assinatura muito alto”, disse ela.

“Você está competindo com outras oportunidades, seja na Argentina, no Golfo do México, na Noruega ou em qualquer outro lugar. E você não está competindo pelo volume, mas pelo valor.”

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/10/2019

## PROPOSTA SUGERE USO DE FUNDO DE DESENVOLVIMENTO PARA INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA

Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 22/10/2019 - 17:33



<https://cdn-statics.portosenavios.com.br/images/mario-povia-11-seminario-hidroviario-sobena-thiago-lemgruber.jpg>

Especialistas avaliam que o governo precisa encontrar uma solução financeira para pagar o opex das hidrovias. Uma proposta em discussão cogita a possibilidade de utilização de recursos de um fundo de desenvolvimento para viabilizar e incentivar investimentos em infraestrutura hidroviária. A ideia é flexibilizar o Fundo da Marinha Mercante (FMM) ou outro fundo a fim de garantir recursos para essa destinação. A opção de criação de um novo fundo também não é descartada. A avaliação é que o

sistema do FMM já se retroalimenta e não precisaria de muitos ajustes.

O diretor-geral da Antaq, Mário Povia, observa que o governo estuda não a extinção, mas a redução da alíquota considerando que o FMM hoje já é suficiente para dar conta dos financiamentos. Segundo Povia, essa proposta ainda não foi levada ao Ministério da Infraestrutura, mas pode vir a ser avaliada devido à escassez de recursos. Ele acredita que, se o estudo de viabilidade da hidrovía estabelecer que ela deve se custear com o pedágio da carga, é possível que fique inviável para própria carga.

"É momento de atrair cargas, e não de onerar a operação. Como não teremos orçamento público para isso, talvez seja o caso de lançarmos mão de um fundo para financiar. Provavelmente seria uma parceria público-privada, e não concessão", comentou Povia, que palestrou no 11º seminário internacional de transporte e desenvolvimento hidroviário interior, promovido pela Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (Sobena).

Na ocasião, ele lembrou que o FMM é superavitário e pode ser utilizado para financiar a construção de embarcações de vias interiores. "Pagar com pedágio de cargas não parece oportuno, pelo menos no primeiro momento. Teria que ter economia de escala relevante de forma a não prejudicar a viabilidade das operações", analisou. Ele acredita que implantar gestão profissional no setor hidroviário é importante para desenvolver comboios e incrementar a frota e a indústria naval nacional.

Povia defendeu a manutenção das linhas de crédito e a utilização das linhas de crédito Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e fontes de financiamento de bancos internacionais de fomento, inclusive na questão hidroviária. Para o diretor-geral, é fundamental manter as linhas de crédito para viabilizar essas operações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/10/2019

## NOVA LOGÍSTICA PARA ARCO NORTE REDUZIRÁ FRETES, PROJETA MINISTRO NA TV

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 22/10/2019 - 15:54



<https://cdn-statics.portosenavios.com.br/images/191022-tarcisio-freitas-conversa-com-bial-reproducao-tb.jpg>

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, afirmou que o Arco Norte é a melhor porta de saída para mercado consumidor asiático e europeu, com potencial enorme de redução de custos. Perguntado sobre a meta ambiciosa em sua gestão, ele citou a Ferrogrão, ferrovia que vai ligar o norte do Mato Grosso aos portos do Pará, como projeto que

mudará a logística nacional.

"Quando fazemos uma ferrovia como essa, vamos criar competição com todo sistema que leva [a carga] para Santos e Paranaguá. Quando criamos competição, fazemos choque de oferta de transportes, reduzimos muito o frete e jogamos o Custo Brasil lá para baixo", disse Freitas no programa *Conversa com Bial*, exibido pela TV Globo na noite da última segunda-feira (21).

Na ocasião, o ministro ressaltou que não vai faltar demanda para esse tipo de projeto logístico, na medida em que um estado como Mato Grosso produz 65 milhões de toneladas por ano, plantando em nove milhões de hectares, com condições de produzir 100 milhões de toneladas, em 2025, e 110 a 120 milhões/t em 2028. "A demanda existe, o que fizemos de infraestrutura vai ser pouco", garantiu Freitas.

O chefe da pasta de infraestrutura também adiantou que faltam 10 quilômetros para conclusão das obras da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). Ele lembrou que, em março, havia 50 quilômetros de filas de caminhões parados ou atolados na região. Freitas explicou que essa obra tem trechos complexos, com apenas quatro meses de janelas sem chuvas por ano. Ele estimou que 1000 soldados estejam trabalhando nessas em outras frentes de obras do Exército.

Questionado pelo apresentador Pedro Bial sobre o nível da infraestrutura de transportes brasileira se comparada a países com 'nota 10', como Alemanha, Estados Unidos e países escandinavos, Freitas disse que o Brasil tem nota 4 ou 5 e que o desafio, possível de ser alcançado, é melhorar essa percepção. Para o ministro, o país com infraestrutura de transportes eficiente deve responder aos anseios do usuário e reduzir os custos de transportes.

O ministro comemorou que o programa de concessões de infraestrutura concedeu 27 ativos em 2019 e tem expectativa de movimentar R\$ 217 bilhões nas próximas décadas. Até o momento, o governo arrecadou R\$ 11 bilhões em outorgas de ativos de infraestrutura e com valor próximo em investimentos contratados. Freitas acredita que 2020 será um ano mais forte porque existem ativos importantes de infraestrutura sendo estruturados, entre os quais o leilão da rodovia Nova Dutra (Rio-São Paulo), cujo contrato vence no ano seguinte.

Freitas também frisou que concessões possuem conceito diferente de privatizações. Ele esclareceu que, enquanto na privatização há transferência de controle, na concessão não há a perda da propriedade do ativo. "A maioria dos ativos é concedida e eles continuam sendo do Estado. O operador faz investimentos, explora o equipamento por tempo determinado, tem remuneração por tarifas e receitas e, ao final do período de exploração, devolve [o ativo] ao Estado", salientou. O ministro citou a concessão do aeroporto de Florianópolis (SC) como exemplo positivo de melhora do equipamento por meio de investimentos privados.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 22/10/2019*